

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

WILHAMS DOUGLAS BECKMAN DA SILVA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/06/2022.



LAICIDADE, PLURALIDADE RELIGIOSA E ESPAÇO ESCOLAR A PERCEPÇÃO DA
DOCTRINA ESPÍRITA NO 9º ANO DA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA, MACAPÁ-AP

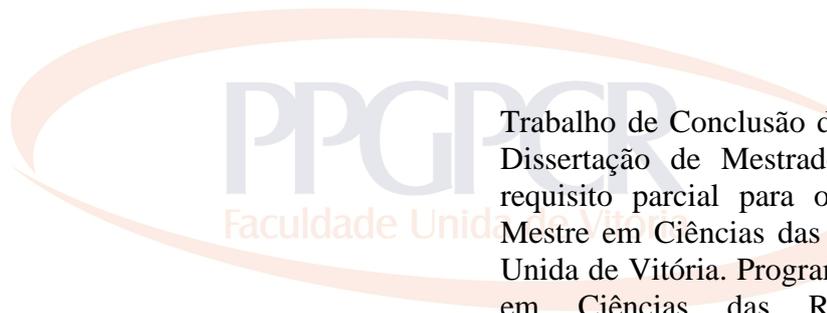
VITÓRIA-ES

2022

WILHAMS DOUGLAS BECKMAN DA SILVA

LAICIDADE, PLURALIDADE RELIGIOSA E ESPAÇO ESCOLAR A PERCEPÇÃO DA
DOCTRINA ESPÍRITA NO 9º ANO DA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA, MACAPÁ-AP

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/06/2022.



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: David Mesquiati de Oliveira

VITÓRIA-ES

2022

Silva, Wilhams Douglas Beckman da

Laicidade, pluralidade religiosa e espaço escolar / A percepção da Doutrina Espírita no 9º Ano da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, Macapá-AP/
Wilhams Douglas Beckman da Silva. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

vii, 82 f. ; 31 cm.

Orientador: David Mesquiati de Oliveira

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

Referências bibliográficas: f. 76-82

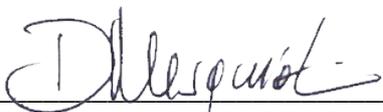
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso.
4. Kardecismo. 5. Doutrina Espírita. 6. Laicidade. 7. Pluralidade religiosa.
8. Educação no Macapá-AP. - Tese. I. Wilhams Douglas Beckman da Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2022. III. Título.

WILHAMS DOUGLAS BECKMAN DA SILVA

LAICIDADE, PLURALIDADE RELIGIOSA E ESPAÇO ESCOLAR:
A PERCEPÇÃO DA DOCTRINA ESPÍRITA NO 9º ANO DA ESCOLA ESTADUAL
SEBASTIANA LENIR DE ALMEIDA, MACAPÁ-AP

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Religião e Espaço Público.

Data: 23 jun. 2022.



David Mesquiati de Oliveira, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).



José Adriano Filho, Doutor em Ciências da Religião, UNIDA.



Valdinei Ramos Gandra, Doutor em Teologia, Refidim.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, à minha família: mãe, pai, esposa e meus três filhos, por terem me apoiado no momento de construção desta pesquisa, bem como no enfrentamento das dificuldades, que, embora tenham sido muitas, no final desse processo, tudo ocorreu como o esperado. Obrigado, meu Deus!

Agradeço ao meu orientador, David Mesquiati de Oliveira, pelo esforço durante o período de orientação desta pesquisa e por ter trabalhado arduamente com seus conhecimentos, direcionando a produção de um trabalho significativo para a sociedade acadêmica.



RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como tema a pluralidade religiosa em âmbito escolar, de acordo com a laicidade respaldada pelo Estado, enfatizando a expressividade da Doutrina Espírita, sendo desenvolvida em contato com a supervisão da coordenação e escolhendo o 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, em Macapá-AP. Na pesquisa, questionou-se: a Doutrina Espírita, nesse recinto escolar, tem a liberdade de se expressar? Isso, pois, de acordo com o Estado laico, toda entidade religiosa deve ser expressada como interesse público, e, portanto, a instituição escolar tomou o dever de abrir espaço para qualquer manifestação cultural-religiosa, como parte do Estado laico brasileiro. A hipótese baseia-se que, ao conhecer a pluralidade religiosa, os/as discentes, em seu término do Fundamental II, descubrem a laicidade no espaço escolar e a exercem de maneira efetiva através de seus direitos, respeitando uns aos outros. No que concerne à metodologia, utiliza-se a técnica da documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e documental. Além dessa técnica, será utilizada a documentação direta, através da observação direta e sistemática da realidade, utilizando entrevistas, questionários, testes, etc., em especial no terceiro capítulo, utilizando o questionário para adquirir dados sobre as vivências e conceitos dos/as alunos/as acerca do Kardecismo e suas vertentes, relacionando os tabulados com as bibliografias coletadas. Assim, procura-se compreender as pertinências envolvendo a Doutrina Espírita na escola, determinando na pesquisa a expressividade que a religião demonstra no contexto religioso-escolar, além de propiciar o entendimento dos/as discentes sobre a pluralidade religiosa que é apresentada como proposta pela escola em debate.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Kardecismo. Laicidade. Macapá-AP.

ABSTRACT

This research work has as its theme the religious plurality in accordance with the doctrine of State support, emphasizing the spiritist in this context of school education, being developed in contact with an orientation of the coordination and choosing the 9th year of elementary school at Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida. In the research, it was questioned: the spiritist doctrine, in this school, has the freedom to expand? This is because, according to the secular state, every religious entity must express itself as a public interest, and, therefore, the school institution has taken on the duty to make room for any cultural-religious manifestation, as part of the Brazilian secular state. The hypothesis is based on the fact that, by knowing religious plurality, students, in their Fundamental II term, discover secularism and effectively exercise their rights, accessible to each other. As far as methodology is concerned, the literature and documental technique is used, through literature research. Still, it will be used directly, from direct reading, from reality, using the interview, etc. and its aspects, relating the tables with the bibliographic collected. Thus, we seek to understand how the Spiritist school research is relevant in the research, determining in religion, to express the religious activity that demonstrates in religious-school teaching, in addition to promoting the understanding of the discs about the plurality school that is presented as proposed by the religious and school religion debate.

Keywords: Religious education. Kardecism. Secularity. Macapá-AP.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A DOUTRINA ESPÍRITA.....	10
1.1 História do Kardecismo.....	12
1.2 O estudo da Doutrina Espírita.....	17
1.3 O Kardecismo chega às terras amapaenses.....	25
2 DIALOGAR A LIBERDADE RELIGIOSA NO ESPAÇO ESCOLAR.....	32
2.1 Conceito de laicidade.....	32
2.2 Aceitação das manifestações espíritas na escola.....	40
2.3 Características do Kardecismo no Brasil e a Educação.....	41
3 RELAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO E A DOUTRINA ESPÍRITA.....	49
3.1 O estigma causado pelo preconceito contra a Doutrina Espírita.....	52
3.2 O processo de ensino-aprendizagem religioso de acordo com a BNCC.....	56
3.3 A opinião dos/as alunos/as do 9º ano sobre a inexpressividade da Doutrina Espírita na escola Sebastiana Lenir de Almeida.....	62
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	83
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA.....	84

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca refletir sobre a pluralidade religiosa em âmbito escolar. Para isso, a partir de um levantamento acerca da percepção dos/as estudantes do 9º ano sobre a Doutrina Espírita, considera a forte presença de instituições religiosas dessa natureza na região de Macapá-AP. A literatura utilizada para compor a bibliografia desta pesquisa se concentra em teses, dissertações e artigos relacionados ao tema tratado, bem como a legislação vigente: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além desses documentos, diversos autores e autoras consagrados/as são elencados na composição bibliográfica da pesquisa.

A pergunta-problema da pesquisa é a seguinte: a Doutrina Espírita, nesse recinto escolar, tem a liberdade de se expressar? Na lógica do Estado laico, toda entidade religiosa deveria ser expressada como interesse público, desde as minorias até as que estão em destaque. No cenário brasileiro, sabe-se que, por diversos séculos, a Igreja Católica Apostólica Romana dominou esse espaço religioso, porém, com o advento de diversas igrejas, entidades religiosas e doutrinas religiosas – como a do Kardecismo, com crescente adesão no território nacional –, a instituição escolar tomou o dever de abrir espaço para qualquer manifestação cultural-religiosa, como parte do Estado laico brasileiro.

A hipótese da pesquisa se baseia na seguinte afirmação: ao conhecer a pluralidade religiosa, os/as discentes, em seu término do Fundamental II, descobrem a laicidade no espaço escolar e exercem de maneira efetiva os seus direitos, respeitando uns aos outros. A confirmação dessa proposição se dará a partir da análise das respostas dos/as alunos/as selecionados para responder um questionário sobre o estudo da Doutrina Espírita na escola.

Logo, no que concerne à metodologia, utiliza-se a técnica da documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e documental. Para dar suporte à metodologia bibliográfica, serão utilizados livros, artigos, literatura especializada e questionários com perguntas pertinentes ao tema, envolvendo os sujeitos da pesquisa – alunos/as da escola citada. Será utilizada ainda a técnica da documentação direta, através da observação direta e sistemática da realidade, utilizando entrevistas, questionários, testes, etc., em especial, no terceiro capítulo, utiliza-se o questionário para adquirir dados sobre as vivências e conceitos dos/as alunos/as acerca do Kardecismo e suas vertentes, relacionando os tabulados com as bibliografias coletadas. Os métodos utilizados na pesquisa – de perguntas abertas e fechadas – ajudam a aferir a opinião e o conhecimento em relação ao Kadercismo no ambiente escolar, para saber qual o nível de compreensão dos/as discentes ao tema proposto na pesquisa.

Assim, procura-se compreender as pertinências que envolvem a Doutrina Espírita na escola, determinando na pesquisa a expressividade que a religião demonstra no contexto religioso-escolar, além de propiciar o entendimento dos/as discentes sobre a pluralidade religiosa, que é apresentada como uma proposta pela escola em debate. É notável que a religião possui presença na vida dos/as alunos, principalmente em sua maturidade escolar. Além disso, a escola tem o papel de conscientizar a laicidade presente na sala de aula, de acordo com a Constituição Federal de 1988. A laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas o arreligioso na esfera pública. É a separação entre fé – domínio privado – e instituição – Igreja, enquanto instituição de domínio público.

Ora, abster-se de discussões não conduziu o meio acadêmico a contribuir significativamente para o esclarecimento dos fatos. A transferência das discussões sobre os fatos religiosos a ambientes exteriores aos da transmissão racional e publicamente controlada do conhecimento, tais como as universidades, favorece a difusão de ideias distorcidas, fanatizantes e de credices.

A pesquisa também faz uma referência sobre a Constituição francesa, mencionando o que é a laicidade, que não é a mesma coisa que laicismo. O Estado brasileiro viveu diversos momentos em sua história, sob a égide das relações entre Estado e religião. Com o advento da Constituição de 1891, a primeira Carta Magna da República, o território nacional sofreu uma cisão entre Estado e religião, ou seja, o corpo brasileiro não mais representava o poder religioso e, com isso, nasceu a laicidade no Brasil. O poder religioso católico teria sido enfraquecido diante dessa separação entre Estado e religião, iniciando, em certo sentido, um avanço de outras convicções religiosas.

1 A DOUTRINA ESPÍRITA

A religião, desde seus primórdios, manifesta-se culturalmente e é absorvida por cada pessoa que escolhe professá-la. Nesse sentido, este capítulo, de maneira geral, vai tratar sobre a religião, especificamente a Doutrina Espírita com seus segmentos, sua história, seu estudo e seu desenvolvimento no Brasil. Com isso, será compreendida, após uma análise crítica e bibliográfica, a trajetória do Kardecismo e a sua repercussão como uma manifestação religiosa. Procura-se constatar se essa crença tem espaço de ser professada como um culto religioso nos ambientes de interação socioculturais no território nacional.

A palavra religião vem do latim *religio*, que significa respeito pelo sagrado. A manifestação da Doutrina Espírita teve sua origem a mais de três mil anos e, segundo os relatos, a religião se conecta com o início da escrita, sendo que, em 2.500 a.C., o Hinduísmo¹ se propagava pelo mundo. Assim, falava-se que o Hinduísmo era uma crença politeísta, pois adorava vários deuses, daquela época até os dias atuais. Então, percebe-se que a palavra religião é milenar e faz parte da vida do ser humano, isto é, relaciona-se a sua cultura religiosa e aos ensinamentos para professar algum tipo de crença que era deixada de geração em geração para cada família, comunidade e para cada sociedade, de acordo com sua realidade que fora implantada por alguém que professava tal religião.

Além disso, nas sociedades romanas, gregas e egípcias, é possível localizar a presença do panteísmo. Trata-se de uma crença em que deus não é o criador absoluto, pois ele é considerado maior do que isso: ele abrange e compõe tudo, faz parte do universo e se manifesta na natureza, pois ambos são idênticos. O meio cultural religioso influenciava a crença e a credibilidade das pessoas nesse deus, que era apresentado para o povo de acordo com sua época e sociedade, existindo, assim, vários tipos de deuses, por exemplo: o deus do sol, da lua, da guerra, do amor, dentre outros.² Vale mencionar os povos indígenas da América, que possuíam crenças religiosas embora não estivessem organizadas em religiões. Eles acreditavam, principalmente, na existência de um criador de tudo, chamado por eles de o Grande Espírito. Eles tinham seus deuses, juntamente com os povos africanos, de modo que cada um tinha sua manifestação e crença. Elas eram trazidas pela sua origem local, mas, essas manifestações religiosas foram suprimidas por outras culturas religiosas ditas superiores em relação às culturas indígenas e africanas.

¹ CULTURA MIX. *Surgimento da religião*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

² ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 23.

Ademais, a notoriedade da religião esteve presente a partir do momento em que a sociedade foi tendo uma junção da família e da própria igreja, que, atualmente, vem se transformando conforme as mudanças na vida humana. As doutrinas estão inovando seus repertórios de cunho religioso para acrescentar mais fiéis em suas igrejas e espaços, pensando naquilo que se torna mais precioso e primordial e dando significado ao desconhecido, que, muitas vezes, para uns não tem sentido, mas, para outros/as, possui um grande significado na vida.

No interior do ser humano, elas estão intimamente ligadas às convicções religiosas e às inquietações das pessoas, ou seja, a igreja tem que desempenhar um papel para que possa construir no ser humano a certeza baseada na sua fé, na subjetividade e garantir de modo concreto a busca das pessoas em relação as suas crenças nesse espaço religioso. Com isso, as igrejas procuram resguardar uma estrutura sólida que envolve os anseios das pessoas para que elas possam professar suas crenças. O ser humano desenvolve um sentimento religioso através de sua fé, e isso dá substância e vida espiritual ao que ele acredita, pois, trata-se de uma experiência subjetiva e transcendental aos olhos humanos. Assim sendo, em alguns momentos, comentar sobre religião, por mais natural que pareça, pode influenciar no pensar e no agir das pessoas, mexendo com seus sentimentos e comportamento. Sendo, pois, tratada como um objeto de estudo, a religião e a própria existência humana podem provocar alguns conflitos existenciais.

A fundamentação teológica em relação à afirmação sobre a criação humana e a ligação do ser humano com a religião trouxe um anseio por um vínculo que irá beneficiar o interesse de investigar as diversas entidades na construção de concepções de um estudo antropológico e o teológico,³ e, simultaneamente, desvelar os mistérios dessa ligação entre o ser humano e o ser supremo. Para a Doutrina Espírita, a observação e o resultado são as conclusões em palavras científicas, que envolvem as relações de mundos visíveis e invisíveis, pois, mesmo que a ciência não tenha alcançado sua perfeição, os estudos são realizados diariamente em busca de respostas que sejam, ao menos, significativas e importantes na vida dos seres humanos. O Kardecismo não se resume a uma mera teoria ou imaginação do sobrenatural, e sim na própria existência do ser humano, que, de alguma forma, quer encontrar respostas para os seus questionamentos em relação à ciência religiosa. Então, a Doutrina Espírita veio trazer um novo olhar, dando um sentido diferente à vida espiritual e aos sentimentos, que geralmente são sufocados por outras

³ FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Campinas: Papirus, 1997. p. 25-27.

doutrinas arcaicas. Dessa forma, o Kardecismo vai se firmando no contexto religioso do espiritismo.

Todavia, o processo da religião teria se desenvolvido através das manifestações, sempre de acordo com suas respectivas épocas e sociedades, ou seja, conforme o modo que viviam as pessoas em suas comunidades e com suas tradições. Não se tinha tanta informação da religião, nem qual seria melhor ou a mais importante nesse campo do Kardecismo de ideologias religiosas. O que importava era a crença, a fé e o alcance sobrenatural do que não era palpável aos olhos humanos, mas com a credibilidade em alguma força mística. Com isso, teria dado sentido a religião, ainda mais quando se trata da Doutrina Espírita, que veio inovar esse campo religioso com suas diversas manifestações e segmentos, trazendo respostas para as pessoas. Assim, tem-se uma pluralidade religiosa também voltada para outras entidades com menor expressão no Brasil.

Portanto, a religião coloca o ser humano como o único ser que, no tempo e no espaço, consegue enxergar os benefícios que ela traz para a humanidade. Isso ocorre sem distinção de gênero e a essência da humanidade se torna central. A arte inacabada volta à racionalidade, ao querer e à sensibilidade em relação ao ser humano. Nesse sentido, existe uma pluralidade religiosa que se espalha no globo terrestre, enfatizando-se aqui o processo histórico da Doutrina Espírita, cujo os elementos se têm como religião e sobrenatural.

1.1 História do Kardecismo

A Doutrina Espírita se tornou essencial ao longo do tempo e contribuiu para a renovação da religião com seus preceitos e avanços nesse campo tão disputado, concretizando o seu principal elemento abstrato, ou seja, a fé de cada pessoa no seu anseio por algo melhor no sentido religioso. Percebe-se a importância dessa diversidade religiosa espalhada nos quatro cantos do globo terrestre, principalmente no Brasil, que acolheu essas entidades com suas doutrinas e inovações, contribuindo, assim, para uma consciência mais sólida na fé e na crença, buscando fortalecer as convicções das pessoas, que, muitas vezes, são reprimidas nos sentimentos em relação ao credo que escolheram.

De acordo com os livros históricos, o Kardecismo teve sua origem no século XIX, em 1857, na França, onde o seu precursor, Hippolyte-Leon Denizard Rivail, que usava o pseudônimo Allan Kardec, escreveu a obra-prima *Livro dos Espíritos*.⁴ Essa obra, através de

⁴ BARBOSA, Pedro F. *Espiritismo básico*. 5. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2002. p. 122-124.

uma doutrina ou corrente filosófica do espiritismo, trabalhava alguns conceitos como o da reencarnação, apresentando uma perspectiva diferenciada sobre o que seria reencarnar nesta terra em comparação com outras culturas religiosas, contradizendo, também, a pregação de outras doutrinas vigentes no século XIX. O Kardecismo possui alguns princípios, a saber: a caridade e a humildade. Mas, é importante relatar que alguns episódios históricos, com seus paradigmas de pensamento, teriam reforçado a Doutrina Espírita, tais como: o Iluminismo, o Magnetismo e o Racionalismo, com as ideias de liberdade de culto de expressão para cada indivíduo professar sua fé.

Em meados do século XIX, com os avanços decisórios e primordiais inseridos no conceito de modernidade ou de uma sociedade ultramoderna, teria sido criada uma estrutura corpórea apoiada em um trabalho de inovação de pensamentos inusitados através dos filósofos daquele século.⁵ Inicialmente, no século XVIII, auge do Iluminismo, ressurgiram novas buscas de anseios de uma realidade humanitária, outrossim, o Kardecismo ressurgiu no campo religioso, trazendo diversas mudanças não apenas naquela época, mas até os dias atuais.⁶ Nesse cenário, a dimensão da religião sofria com alguns ataques de novos postulados, por exemplo, a Razão do homem, que consistia no saber necessário e na confiança exacerbada em cálculos que pressupunham o domínio sobre a realidade, além do acréscimo de novas ideias.⁷

O Kardecismo trazia uma nova roupagem para romper com as tradições transpassadas, baseando-se em outra visão a respeito do mundo e dos seres humanos. Ou seja, essa doutrina não pensava em recuar, trazendo, assim, novos ideais, inspirados e reformulados a partir dos ideais dos pensadores do século XVIII e XIX, os quais detinham novas teologias e traziam mudanças significativas para aquele contexto, bem como uma nova forma de monopolizar a ciência.⁸

O Racionalismo, o Idealismo, o Positivismo, o Magnetismo, o Naturalismo, entre outros segmentos,⁹ são termos-chave que teriam uma relação determinante na Doutrina Espírita. A constituição do Kardecismo, além de evocar a figura marcante de Allan Kardec, principal expoente no processo de desmitificação de alguns ataques sobre essa doutrina, pressupõe uma proposta diferente entre o ser humano e a Doutrina Espírita. Nela, o ser humano é valorizado em aspectos como a caridade, a humildade, entre outros. Cabe destacar que, nesse período, a

⁵ XAVIER, Francisco C. *Seara dos médiuns: estudos e dissertações em torno da substância religiosa de “O Livro dos Médiuns”*, de Allan Kardec, pelo Espírito Emmanuel. 17. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2006. p. 47-51.

⁶ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. São Paulo: UNICAMP, 1997. p. 19-134.

⁷ XAVIER, Francisco C. *Paulo e Estêvão: episódios históricos do cristianismo primitivo*, pelo espírito Emmanuel. 41. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2004. p. 31-33.

⁸ DOYLE, Arthur C. *História do Espiritismo*. São Paulo: Pensamento, 1960. p. 41.

⁹ MOSES, William S. *Ensinos espiritualistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1989. p. 382-390.

França sofria algumas pressões políticas e filosóficas em detrimento da Doutrina Espírita, que marcava sua pontualidade de acordo com seu início nesse local – a questão do surgimento do espiritismo na terra francesa.

Os elementos principais que demonstrariam a força do Kardecismo e do seu corpo doutrinário teriam sido influenciados por um discurso sobre a religião e sobre as raízes que tornavam a sociedade e suas histórias imperceptíveis naquele momento. No século XVI, a modernidade filosófica requisitava uma autonomia que sobrepujasse a teologia e, dessa forma, o Humanismo¹⁰ dava alguns passos mais firmes, colocando o ser humano como expoente real de um objeto de estudo da corrente filosófica e utilizando uma metodologia epistemológica num contexto que configurava a reação de um conhecimento ultrapassado em relação ao novo, o que chocaria as ideias da época.

As escolas filosóficas surgiam emblematicamente na construção de um pensamento moderno, como o Humanismo, o Naturalismo, o Racionalismo, o Empirismo e o Iluminismo.¹¹ Eles traziam alguns elementos-base da hodiernidade, evocando uma reflexão e postura espírita diferente em relação à algumas doutrinas antigas. Os valores seriam construídos com uma formação diferenciada em relação ao estudo do objeto de pesquisa. Em resumo, as principais ideias de pensadores e escolas seriam mais relevantes na aprendizagem do Kardecismo.

O filósofo iluminista René Descartes é privilegiado por seu pioneirismo diante de sua contribuição teórica no campo racionalista, abrindo caminhos para a Filosofia que trariam autonomia e consolidaria o estudo da ciência, naquela época.¹² Esse filósofo trouxe várias contribuições como, por exemplo, o *inatismo*, que baseava a ideia de que o ser humano já trazia consigo certas ideias inatas diante da sua racionalidade, o que contribuiria para a sua percepção de ideias de uma infinidade, eternidade e perfeição.

Desse modo, René Descartes estabeleceu uma relevância da Razão em detrimento do conhecimento sensível, culminando no surgimento do Idealismo, em que a Razão ocuparia um lugar privilegiado e determinante para a compreensão do real. Esse filósofo contribuiu de modo significativo e percebeu que atingiu uma concepção filosófica a respeito do Kardecismo e do Dualismo.¹³ Este último distinguia que a mente era uma substância distinta do corpo,

¹⁰ BRAGA, Ismael G. *O livro de Tobias: introdução, notas, estudos e comentários à luz do espiritismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. p. 25.

¹¹ MOSES, 1989, p. 382-390.

¹² ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade*. São Paulo: Madras, 2009. p. 30-195.

¹³ ISRAEL, 2009, p. 30-195.

conceituando que a mente poderia se aproximar do conceito de intelecto, de pensamento, de entendimento, de espírito e, de certa forma, da alma dos seres humanos.

A Filosofia é uma ciência que iniciou outros campos de conhecimento, tais como: a Matemática, a Física, a Astronomia, dentre outros, fazendo que o ser humano avançasse em um saber aprimorado, e isso ocorreu já em meados do século XVI. Na metade do século XVIII, essas ciências ocupariam um lugar central em relação às novas ciências que se desenvolveriam em pequenos passos. Todavia, no século XIX, haveria a inclusão das especializações dessas ciências para buscar e ampliar novos horizontes de conhecimentos que dariam importância ao fenômeno do Kardecismo, que é uma doutrina consoladora e que busca sempre o esclarecimento, o equilíbrio e o aperfeiçoamento. Além disso, essa doutrina ensina que a Terra e as encarnações são oportunidades de as pessoas restabelecerem os danos morais que foram criados, além de ser uma forma de aprendizado com as provas e expiações.¹⁴

O precursor do Kardecismo, Allan Kardec, possuía várias formações e atuou como pedagogo da Gramática Francesa, Matemática, Química, Física e Anatomia. Entretanto, pode-se notar uma centralização em que a ciência do século XIX seria desenvolvida, localizando uma repercussão maior sobre o Kardecismo: a físico-química do magnetismo. Nas suas variações, formou-se o mesmerismo e/ou magnetismo animal,¹⁵ muito importante para a prática da Doutrina Espírita ou para a teoria das manifestações físicas postuladas por Allan Kardec.

Aconteceu no Estados Unidos, em meados do século XIX, alguns fenômenos espirituais que envolveram uma família americana. No final de 1874, em 11 de dezembro, a prole dos Fox se mudou para uma residência em Nova Iorque, no vilarejo de Hydesville, que não tinha uma reputação agradável. Segundo moradores/as antigos daquela região, a casa era mal-assombrada, pois, acreditava-se que nela pairavam espíritos de outras pessoas que a haviam habitado anteriormente. Por conta disso, a casa tinha uma oferta de aluguel menor do que outras da região, oportunizando a família a possibilidade de comprá-la.¹⁶ Porém, em meados do ano seguinte, alguns eventos sobrenaturais teriam ocorrido nessa residência.

Durante a noite, objetos eram derrubados e barulhos estranhos se ouviam, como *arranhaduras*, sempre em horários noturnos. Porém, nada disso teria incomodado a família Fox, até que um fenômeno extraordinário fora experienciado, no dia 31 de março de 1848, a saber: ouviu-se um barulho estrondoso, como se algo estivesse dentro das paredes e a esmurrando intensamente. Apesar de tentarem resolver o problema, imaginando que poderiam

¹⁴ RBN. *Qual a importância de estudarmos o espiritismo?* 09 mai. 2019. [online]. [n.p.].

¹⁵ CROOKES, William. *Fatos espíritas*. 10. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. p. 69.

¹⁶ BARBOSA, 2002, p. 212-219.

ser problemas hidráulicos, a família Fox teria tentado realizar o conserto, mas, não tiveram êxito. Entretanto, uma integrante da família Fox, Kate, de apenas onze anos de idade, teria tentado se comunicar com a aparente causa dos ruídos. Ela batia palmas e gritava, dizendo: “Sr. Pé- Rachado, faça o que eu faço”¹⁷. Imediatamente, os sons desordenados parariam e repetiriam o número de palmas dadas pela jovem Kate.

Outras experiências semelhantes teriam se repetido para a família Fox, na mesma noite, e todas elas teriam tido respostas análogas. Nesse dia emblemático, nascia no aposento de dormir do Sr. e da Sra. Fox o *new spiritualism*,¹⁸ isto é, a grande influência religiosa-investigativa do Kardecismo. Contudo, nos eventos de 31 de março de 1848, a vizinhança teria sido chamada para ajudar a família, o que teria contribuído para se estabelecer um jogo de perguntas e de respostas em que o emissor dos sons responderia com um número de pancadas delimitadas, que corresponderiam a um *sim* ou *não*. Assim, essas pessoas teriam conseguido interpretar algumas informações: o comunicante seria um *espírito* de uma pessoa assassinada, aos trinta e um anos de idade, na casa e enterrada na adega, e que teria informado, inclusive, o nome do antigo inquilino que o haveria matado, há cinco anos, por causa de dinheiro.

Em seguida, um dos vizinhos da família Fox, Duesler, teria proposto um sistema de *batidas-alfabeto*, que consistia na seguinte codificação: quando alguém passasse o dedo em uma letra de uma palavra que o *morto* quisesse comunicar, deveria-se ouvir um arranhão na parede. Dessa forma, teria sido possível, segundo eles/as, obter o nome do defunto: Charles B. Rosma. Tudo isso teria ocorrido somente na noite do dia 31 de março. No dia seguinte, 01 de abril de 1848, mais de duzentas pessoas teriam ido até a casa dos Fox para assistir à continuação das pesquisas, pois, desde o dia 31, havia sido montada uma comissão para se investigar o que estava de fato acontecendo naquela residência.

Esses eventos foram apenas o começo de uma *febre* que varreu todo os Estados Unidos, espalhando-se, posteriormente, pela Europa, Ásia e Américas. A família não saberia explicar o que estava se passando, mesmo assim, algumas explicações começaram a surgir. Primeiramente, o *demônio* teria sido apontado como possível causa e outros, mais céticos, teriam achado que se tratava de algum tipo de fraude. Enfim, de fato, apenas uma coisa teria sido possível constatar: que a presença das *irmãs Fox*, como ficaram conhecidas Kate e Margareth, seria essencial para que os fenômenos ocorressem. Quando elas eram retiradas da

¹⁷ BARBOSA, 2002, p. 212-219.

¹⁸ ABRANCHES, Carlos A. *Vozes do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. p. 176-183.

casa, os fenômenos cessariam, mas, com a presença delas, mesmo em outros lugares, tais fenômenos voltariam a se repetir.¹⁹

1.2 O estudo da Doutrina Espírita

O estudo da Doutrina Espírita acontece através de reuniões em diferentes casas, cujo os nomes são atribuídos como André Luiz, Bezerra de Menezes, Irmã Cáritas, Frei Evangelista, Casa Chico Chavier e outros, e, dessa forma, propaga-se a teoria e a prática do Kardecismo com um aspecto religioso nos seus espaços. Ou seja, o estudo se inicia a partir da menor unidade, as casas, rumo às federações espíritas, que, atualmente, estão espalhadas em todo o território brasileiro. Com isso, são formalizados e construídos os conhecimentos, até mesmo aqueles desconhecidos pela população e que, algumas vezes, encontram-se alheios a esse estudo espiritual. Dentre os temas mais utilizados para a compreensão do Kardecismo, pode-se destacar: o que seria deus para a Doutrina Espírita, a questão do livre arbítrio e tantos outros questionamentos sobre essa doutrina que enfatizam a vida das pessoas que buscam respostas do mundo espiritual transcendental.

Cada uma das entidades religiosas encontra sustentação na legislação para manifestar de forma legal suas doutrinas sem ferir os princípios do Estado laico. Esse vínculo jurídico está preconizado na Carta Magna de 1988, que, além de ressaltar a importância da laicidade e da liberdade religiosa ou sua pluralidade religiosa, enfatiza-a em artigos, incisos e seções específicas. Tal relevância perpassa não apenas a sociedade, mas, também, as instituições escolares, o que contribui para a formação profissional e ratificação da liberdade religiosa no território nacional.

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 5º, incisos VI, VII, e VIII, em paralelo com o artigo 19º, preconiza os princípios laicos e a laicidade de modo plural, colocando em evidência a liberdade de culto religioso nos estabelecimentos escolares.²⁰ O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a Doutrina Espírita possui apenas 2% da população brasileira como adeptos. Pergunta-se, pois, se a Doutrina Espírita tem a liberdade de manifestação de culto em ambientes escolares ou ela somente se restringe à Carta Magna? Na prática, a liberdade de manifestação da Doutrina Espírita parece não estar sendo trabalhada pelas instituições de ensino como ocorre, por exemplo, com as entidades religiosas

¹⁹ BARBOSA, 2002, p. 212-219.

²⁰ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

cristãs – católicas romanas ou protestantes –, considerando que essas crenças se apresentam mais fortes no cenário brasileiro.

A trajetória da Doutrina Espírita reclama por sua liberdade de manifestação religiosa no Brasil, mas, no entanto, sabe-se que o cumprimento da Constituição Federal tem que ser através de projetos de lei para que se possa tornar, de fato, um direito no âmbito religioso. Mas, com o processo de colonização brasileiro, sabe-se que prevalecem ainda os feriados católicos, pois, no Brasil, os elementos católicos romanos ainda ajudam as pessoas a buscar e encontrar sentido para suas vidas. Desde o princípio, com Allan Kardec, o Kardecismo francês se inclina sobre essa grandiosa relação entre o sobrenatural e o ser humano em busca de respostas acerca da vida transcendental-espiritual. Nesse sentido, a importância da liberdade religiosa – não apenas para a Doutrina Espírita, mas para todo tipo de manifestação religiosa – se torna legítima quando a Constituição vigente garante a qualquer entidade sua manifestação sem tolir o direito de exercer a religião.

Outrossim, a pluralidade religiosa no Brasil teria sido fortemente influenciada pelas forças culturais da Europa, que, através dos colonizadores de origem católica romana, chegaram ao Brasil no século XVI. Na Idade Média, nos países europeus, em especial a partir do século XV e XVI, o poderio religioso teria entrado em declínio a partir de diversas teorias que teriam chegado às pessoas como novas doutrinas, o Espiritismo, Adventista, Testemulha de Jeová, a Assembleia de Deus, entre outras. O Estado, vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana, também estaria perdendo forças religiosas e políticas, por isso, teriam chegado ao território brasileiro diversas tradições religiosas que se manifestaram com suas ideologias religiosas, criando, assim, um país multicultural-religioso e, ao mesmo tempo, miscigenado, por causa da confluência entre as diferentes culturas da Europa, da África e a dos nativos, isto é, dos/as indígenas que já estavam nas terras tucujus. Essas duas últimas, no decorrer do tempo, foram sendo suprimidas pela cultura europeia, e as ideias religiosas desse continente foram sendo fortalecidas no território nacional, porque a coroa era de origem católica romana, e isso teria contribuído para o predomínio das concepções religiosas dessa vertente cristã no Brasil.

Assim, o tema da pluralidade religiosa e da laicidade pode levantar diferentes interpretações e questões em ambientes como a escola. No Brasil, a diversidade religiosa se torna um tema significativo e salutar para o debate sobre a religião na esfera educacional, no entanto, algumas instituições, ditas mais fortes e/ou influentes, apresentam suas doutrinas e inovações nesse campo. Por isso, quando esse debate envolve a descrição de fenômenos sobrenaturais, como acontece no interior da Doutrina Espírita, que ressalta suas divindades e seus segmentos diferenciados, tais como, a capacidade mediúnica a partir da possessão de

espíritos, divindades, energias ou a adoção da reencarnação, geralmente não são adotadas em outras doutrinas.

A lógica do imaginário do sentido das possessões, em sua alteridade, pressupõe um processo de uma ética acolhida pela Doutrina Espírita, em especial no cenário brasileiro, onde a diversidade cultural-religiosa e seu multiculturalismo implantado por outras culturas, por motivos políticos ou religiosos, teriam contribuído de modo significativo. Além disso, a influência francesa sobre o Kardecismo teria reforçado seus mistérios e relevações com elementos místicos, esotéricos e as entidades dos transe xamânicos. Mas, algumas pessoas teriam vinculado essas possessões aos *demônios* que teriam sido exorcizados pelos/as cristãos/ãs.

A rigor, alguns grupos religiosos, como os pentecostais, utilizavam-se bastante da coabitação ou do acolhimento de elementos da Doutrina Espírita – uma espécie de fusão de gestos. Esses grupos, teriam buscado contruir uma identidade mais sólida, ao invés da alteridade que o Brasil foi deixando ser invadido, algumas vezes, bruscamente por forças religiosas de hegemonia e, com isso, ficando invasiva no sentido religioso, sobretudo no contexto social e cultural religioso. Destarte, o Brasil se tornou um escopo para tantas manifestações religiosas, sejam elas de segmento católico romano, protestante ou do Kardecismo.

Na Doutrina Espírita, um dos tópicos mais comumente debatido trata a respeito dos espíritos que habitam os seres humanos e que habitam o mundo com os seres humanos. Participar de uma construção ideológica diferente não teria sido uma tarefa fácil, especialmente para inserir uma nova doutrina com tantas variações em relação às doutrinas clássicas. Ao considerar que as pessoas estariam acostumadas com essas tradições, o Brasil é um país perpassado por muitas tradições culturais religiosas deixadas por outros povos. Então, questiona-se sobre os primados de cada credo que se instalaram no cenário brasileiro. A história do Brasil é marcada pela consumação de projetos políticos voltados para uma tendência da homogeneização identitária, baseada quase sempre em algumas características culturais-religiosas. Mesmo assim, encontram-se dificuldades para consolidar toda essa pluralidade que envolve os aspectos éticos-religiosos no território nacional. Todo o processo histórico brasileiro ocorreu com fluxos migratórios, que trouxeram e confluíram as matrizes africanas, europeias e indígenas, que se encontraram no espaço brasileiro e formaram, no conjunto, uma identidade plural-religiosa que se solidificou na cultura brasileira.²¹

²¹ AMORIM, Deolindo. *Análises espíritas*. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. p. 52-53.

A solidez do Cristianismo veio da Europa em seu afã pela conquista de outros territórios, e a América se tornou um campo rentável para expandir esse processo cultural-religioso e fortalecer cada vez mais sua hegemonia, já que o continente europeu enfrentava o enfraquecimento do seu poder temporal-religioso. Por isso, a Europa precisaria encontrar espaços para ocupar e manter uma tradição histórica. Sabe-se que o Brasil teve seu processo religioso iniciado pelos portugueses e pelos espanhóis, que eram povos puramente católicos romanos em busca de novos cristãos-católicos. A lógica colonial trouxe uma catequese para doutrinar aqueles/as que não concordavam com as verdades da Igreja, forçando, desse modo, as pessoas a aceitarem a religião católica romana por imposição. Ou seja, eram previstas algumas punições para quem não aceitasse a doutrina católica romana, com isso, iniciou-se um processo histórico-religioso nas terras brasileiras, através da imposição que teria implicado na aceitação das doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana vindas da Europa.

Dessa forma, o processo histórico cultural religioso iniciado nas terras brasileiras, através do catolicismo romano, chegou com uma força espiritual absoluta. Mas, os reflexos na Europa, em relação ao rompimento de algumas pessoas insatisfeitas com a doutrina católica romana, como é o caso do monge Martinho Lutero e também de João Calvino em Genebra, ambos protegidos pelos príncipes alemães, sinalizaram que surgiam outras entidades religiosas, ou seja, novas igrejas, com outros pensamentos em relação às questões religiosas. A igreja católica romana vinha perdendo espaço no campo religioso, assim, nascia os chamados evangélicos que ganhariam cada vez mais espaço e adeptos/as, porém, com um olhar diferenciado em relação à Igreja Católica Apostólica Romana.

O surgimento de uma ou de novas doutrinas religiosas trouxe ao cenário cultural-religioso brasileiro uma amplitude de concepções relacionadas à doutrina religiosa, que se expandiu no território nacional. Com isso, percebe-se a importância dessa pluralidade religiosa expandida, que se apresenta com ideias diversificadas em cunho cultural-ético-religioso.

O ânimo do catolicismo romano brasileiro teria freado qualquer manifestação religiosa ou se dedicado à eliminação da pluralidade religiosa que estava se constituindo no Brasil, no intuito de legitimar suas convicções religiosas. Isso teria provocado efeitos significativos nas terras tucujus e atualmente os encantos, as magias, as cosmologias, as manifestações afro-indígenas e os bucólicos se desdobraram em *simpatias* e tantos outros elementos pelo catolicismo popular. Isso teria gerado também alguns discursos radicais, dando ênfase a uma nova concepção da *Teologia da Libertação*, movimento apartidário que engloba várias correntes de pensamento interpretando os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas, que se fortaleceu na segunda metade do

século XX. Todavia, o Cristianismo brasileiro se define como uma contribuição em prevalência de certas entidades-religiosas nacionais, e a Igreja Católica Apostólica Romana estabelece seus dogmas em detrimento de novos fenômenos como, por exemplo, as igrejas neopentecostais.²²

No Brasil, a pluralidade-religiosa predomina no processo de individualização e de escolhas das entidades religiosas. Na atualidade, ainda que o Kadecismo tenha sido forçado no cenário brasileiro, ele busca definir sua identidade religiosa de modo prioritário, porque no decorrer da história suas referências sempre foram cristãs e as diretrizes que seguiam as remetiam à colonização. No período colonial, a Igreja Católica Apostólica Romana teria pretendido estabelecer sua hegemonia e mais tarde teria enfrentado dificuldades políticas diante dos governos centrais, por exemplo, a negação de direitos para sacerdotes, prisão de bispos, ensino público não confessional, casamento civil, laicização de cemitérios, assim por diante. Antes disso, a Igreja Católica Apostólica Romana se fez presente na América Latina através dos colonizadores europeus e se estabeleceu de modo hegemônico, formando os consequentes Estados Nacionais, no período colonial. No geral, durante a primeira metade do século XIX, desde a independência do Brasil, em 1822, a Igreja Católica Apostólica Romana procurava garantir sua hegemonia.

Os conflitos eram acirrados pela conquista de espaço religioso e pelos poderes seculares comunitários ou gerais. A sociedade teria sido influenciada pela forte presença do clero católico romano, que espalhou seu poderio religioso e contagiou diversos territórios, pois não via expressividade de outros credos. Não obstante, os sermões nas línguas nacionais também constituíam um problema a ser superado, fazendo com que os cleros nativos fossem paulatinamente substituídos pelo clero europeu, o que resolvia alguns problemas.²³

No Brasil, desde o período colonial, a aproximação do governo central com a Igreja Católica Apostólica Romana teria procurado, em grande parte, subordinar o poder religioso ao político, a fim de usá-lo como instrumento de controle social, de ampliação do consenso popular e da unidade nacional. Aparentemente, as classes populares percebiam com maior simpatia a clássica adesão entre o trono e o altar, em virtude da manutenção da classe dominante colonial no regime imperial posterior, mas, coadunada à ordem religiosa característica da grande propriedade escravagista brasileira.

O aspecto crucial para compreender o lugar do catolicismo romano junto ao processo de formação da nação brasileira se encontra na sua relação com as elites nacionais marcadas,

²² TADVALD, Marcelo. *Veredas do sagrado: Brasil e Argentina no contexto da transnacionalização religiosa*. Porto Alegre: Cirkula, 2015. p. 62-63.

²³ COSTA, Emilia V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 35.

primeiramente, por uma clara divisão entre católicos, deístas e anticlericais, além da maçonaria que desempenharia um papel-chave para o futuro das relações entre o catolicismo romano e o Estado nacional.²⁴ Através dessas relações, o catolicismo romano foi se enraizando na cultura nacional, mas os conflitos eram permanentes, em especial ao longo do período imperial, quando o anticlericalismo crescia face a expansão do liberalismo, do positivismo, do darwinismo e do cientificismo em geral, isto é, emblemas da *modernidade* e da *alta cultura*, mormente daquilo que se referia ao intelectualismo francês.

Essas ideias teriam implicado na existência do Estado e seriam contrárias aos dogmas, que teriam dado sustentação a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil. Nesse cenário, as apostas seriam nos chamados ortodoxos, que é aquele que segue fielmente um princípio, uma norma ou uma doutrina, ou seja, nos teístas e na sua inflexibilidade diante do catolicismo romano. A Igreja Católica Apostólica Romana se tornou inaceitável em virtude do anticlericalismo, na época do período imperial. O poder dos nacionais, por conseguinte, teria provocado insatisfação e o Vaticano trouxe novas políticas em relação aos dogmas – o Papa Pio IX: *Silado dos Errodde Nossa época*. Em meados do século XIX, haveriam certas pretensões, ou seja, a ambição da Igreja Católica Apostólica Romana em relação à imposição do dogmatismo serviria às novas nações que se tornaram independentes no Ocidente, sobretudo, as nações sul-americanas.

Desse modo, um processo histórico foi travado, colocando em contraposição o Brasil como uma nação católica romana e outros países da América Latina da Cisplatina, que acompanharam esses dois Estados, os argentinos e os uruguaios, fortalecendo sua emancipação, ainda no século XIX, e colocando um fim nesses conflitos religiosos. Na elite aristocrática brasileira, eram mantidos no poder importantes setores e, dentre eles, estavam os católicos romanos e os maçons. A bom grado da típica ética de acolhida da alteridade, algumas pessoas desses grupos partilhavam de ambas as ideologias, formando sínteses de católicos-maçons ou maçons-católicos.²⁵

A Constituição Federal vigente consagra como direito fundamental a liberdade de religião, prescrevendo que o Brasil é um país laico e, com essa afirmação, pode-se dizer que o Estado deve se preocupar em proporcionar a seus cidadãos e cidadãs um clima de perfeita compreensão religiosa, proscrevendo a intolerância e o fanatismo. Deveria existir, desse modo,

²⁴ CARVALHO, José J. Um espaço público encantado: pluralidade religiosa e modernidade no Brasil. *Revista Série Antropologia*, Brasília, v. 249, p. 1-22, 1999. p. 18.

²⁵ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: 34, 2005. p. 69.

uma divisão muito acentuada entre o Estado e a Igreja – e entre as religiões de modo geral –, não podendo existir nenhuma religião oficial, cabendo ao Estado prestar proteção e garantia ao livre exercício de todas as religiões. A constituição Federal de 1988 deixa bem claro que o Brasil é um país laico, ou seja, não tem religião oficial. Assim todas as igrejas e manifestações religiosas têm o mesmo direito para manifestar seu credo no território nacional

Torna-se apropriado explicar o objetivo da confissão e da não confessionalidade. Para o Estado, naquela época, manter os elementos religiosos seria uma garantia de libertação das pessoas em seu país, diante de uma autenticidade que colocava a figura de um Estado confessional em pregar a liberdade religiosa em sua plenitude, como os Estados nórdicos europeus. O país que não aderiria a confessionalidade se tornaria hostil em seus termos religiosos para conduzir a extremidade bem como era considerado duvidoso, como ocorreu na Segunda República Espanhola. Entretanto, os acontecimentos que ocorreram no Brasil, ao longo dos séculos, culminaram numa cisão entre o Estado e a Religião, nascendo, assim, a laicização a partir da separação entre essas duas grandiosas instituições, que têm um poder incomparável nas determinações de cunho temporal e espiritual em relação à vida das pessoas.

O Estado brasileiro, em seu âmbito religioso, foi se constituindo a partir do reconhecimento e do benefício da existência de diversas religiões, pois as pregações fortaleciam o seio familiar e os princípios éticos e morais se aperfeiçoando com o passar do tempo no território nacional. A prática da caridade e os bons costumes se expandiam cada vez mais entre as pessoas de boa índole, traçando um perfil mais puritano. Com isso, as instituições se fortaleciam em moralidade e religiosidade nas terras brasileiras.

A Carta Magna contribuiu para afirmar que o pluralismo religioso deve ser protegido pelo Estado, em seu território, bem como para dar suporte e condicionamento para o exercício dos atos religiosos, sem causar problemas para as distintas igrejas e espaços religiosos diversos estabelecidos. Cada ideologia tem importância nesse contexto e o princípio da isonomia estabelece a igualdade entre as entidades religiosas, podendo ou não incluir os ensinamentos da Doutrina Espírita.

No Período Imperial, a Constituição 1824, não colocava impedimento legal em relação à participação de uma pessoa religiosa enquanto um membro do Estado ou da vida pública. Não se permite que haja uma subordinação ou agremiação com a igreja e o Estado, mas, enfatiza-se que, nas relações diplomáticas, não exista empecilho para esse relacionamento, e sim um vínculo que possa fortalecido mutuamente e uma reciprocidade que seja verdadeira, no contexto social-religioso. O Vaticano, com poder em âmbito internacional, tem assegurado e estabelecido sua solidez em detrimento da liberdade religiosa, que deveria ser expressada de

forma gratuita e livre, isto é, como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Mas isso, na concepção dos doutrinadores, seria como o princípio da liberdade.

Consoante, Ramón Soriano enfatiza que o fundamental no campo jurídico é tratar a liberdade religiosa como um elemento primordial nos direitos fundamentais, para que o Estado respeite a pluralidade e a liberdade religiosa nas diversas entidades que as professam.²⁶ Toda essa matéria de cunho religioso trouxe inquietações nas sociedades medievais e modernas e continua trazendo até hoje, devido à subjetividade das diferentes formas de expressividades. É difícil, pois, tentar compreender tal separação de direitos fundamentais do direito de religião, porque eles estão conectados nesse mesmo viés. Assim, existe uma íntima relação entre ambos e cada um reforça a liberdade do outro, ou seja, seria como vedar a liberdade de pensamento, de imprensa, de locomoção, que são direitos e garantias fundamentais.

Falar de liberdade religiosa é como mencionar a liberdade que faz frente ao poder de mudanças no contexto da sociedade. Para Jorge Miranda, essas dimensões não reconhecem a *liberdade* em relação à religião e um ponto em destaque da crença na vida das pessoas,²⁷ e bastante contundente, são os olhares que se voltam para a Igreja Católica Apostólica Romana por sua historicidade e hegemonia desde a Idade Média e expansão em outros continentes, principalmente na América Latina. Com isso, a liberdade religiosa não deveria ser ameaçada de forma alguma e nem comprometida, pois representa a verdadeira expressão do povo que acredita em suas manifestações religiosas.

A religião pode trazer alguns conceitos para uma melhor análise, de acordo com cada credo religioso. Segundo Milton Konvitz, a religião pode expressar aquilo que mais convêm de espiritual e moral em cada contexto em que se manifesta.²⁸ Não haveria, nesse caso, uma definição legal ou jurídica para estabelecer o *certo* ou o *errado*, a não ser que tal definição venha ferir a liberdade particular das pessoas. Assim, pode-se prever normativas em detrimento da religião, quando ela fere o contexto religioso de outras pessoas. Religião, nesses termos, tem a ver com sentimento, isto é, algo subjetivo e peculiar de cada pessoa. Carlos Mattos explica que a Filosofia define bem a expressão religião como crença a partir da fé,²⁹ ou seja, daquilo que se acredita sem medir esforços, mas está em conformidade com o religioso através de seus ritos e discursos, que são desenvolvidos em um espaço chamado templo, igreja ou âmbito de acolhimento.

²⁶ SORIANO, 2005, p. 61.

²⁷ MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1993. p. 359.

²⁸ KONVITZ, 1993, p. 49.

²⁹ MATTOS, Carlos L. *Vocabulo filosófico*. São Paulo: Leia, 1957. p. 61.

A religião tem alguns vocábulos e, para o francês Régis Jolivet, eles deveriam ser compreendidos de forma subjetiva e objetiva no sentido amplo da palavra religião,³⁰ que se dá em forma de homenagem, de culto de adoração, através de suas faculdades afetivas e intelectuais, da confiança, e do amor que se presta a deus, como um ser supremo e criador do princípio e do fim. Com efeito, esse conjunto sobre a religião ocorre através de sacrifícios, orações, liturgias, sacramentos e prescrições morais e religiosas. Nessa ótica, a religião ressalta o *profano* e o *sagrado* para não colocar somente o que parece ser bom – como o perdão e a misericórdia –, mas, também, o ruim – que muitos entendem como pecado. Logo, as entidades religiosas prevalecem à luz desses conceitos pontuais para estabelecer a diversidade nos ensinamentos e conquistar seus adeptos com suas doutrinas encantadoras e diferentes no campo religioso.

1.3 O Kardecismo chega às terras amapaenses

O Kardecismo que nasceu na Europa tempo depois chega ao Brasil, no distrito de Mata de São João, província da Bahia, em 1845, onde teriam sido registradas as primeiras manifestações espíritas. Personalidades como Rui Barbosa e Luís Olímpio Teles de Menezes participavam destes fenômenos. Foi nesse grupo que Teles de Menezes travou contato com os estranhos fenômenos, correspondendo-se com espíritas franceses.

No dia 16 de julho de 1977, instituiu-se a Federação Espírita do Amapá (FEAP). As terras amapaenses estavam recebendo um novo segmento religioso que vinha desenvolvendo diversas nomenclaturas, tais como: Doutrina Espírita; Nova Era; Doutrina Kardec; dentre outras. Nesse contexto, a importância de um estudo mais aprofundado sobre a imortalidade da alma teria contribuído com a cultura religiosa local, de modo que o Amapá recepcionou a Doutrina Espírita como um segmento religioso que trouxe mudanças na vida de seus e de suas habitantes.

O território brasileiro foi ocupado pelo Kardecismo francês, tornando-se palco para o desenvolvimento da Doutrina Espírita. A Federação Espírita realizou uma reunião presidida pelo membro José Jorge como seu emissário. Ao final da década de 1970, foi contruída a primeira sede da Federação Espírita, centrada na capital. Na época, era um compartimento singelo, bem simples, mas acolhedor, o que seria um diferencial do Kardecismo. Mais tarde, nos anos 1980, essa pequena casa foi ampliada, oferecendo mais espaço para agregar as pessoas

³⁰ JOLIVET, Régis. *Diccionario de Filosofia*. Buenos Aires: Club de Lectores, 1954. p. 23.

que procuravam conhecer o Kardecismo, que estava sendo muito divulgado em relação às outras entidades religiosas.

Além disso, inaugurou-se a livraria espírita, que recebeu o nome de André Luiz, no intuito de oferecer, também, um espaço pedagógico espírita para as pessoas se sentirem mais próximas e terem um contato mais real com a literatura espírita. Com isso, os compromissos da Federação Espírita do Amapá foram se expandindo em âmbito municipal, estadual e federal, ao mesmo tempo em que o Kardecismo teria primado por atividades assistenciais e sociais. Foi realizada uma pesquisa sobre os centros de atendimentos espíritas e foram constatados cerca de dez centros espíritas em legalidade com a FEAP, dentre elas: Casa Espírita de Allan Kardec; Centro Espírita de Amor; Centro Espírita Bezerra de Menezes; Centro Espírita Chico Xavier; Centro Espírita Frei Evangelista; Grupo Espírita Missionário da Luz; Centro Espírita Irmã Cárita; Centro Espírita Osvaldo Pirac Galvão; Grupo Espírita Fabiano; e Centro Espírita Joanna de Ângelis.

A cúpula da Federação Espírita reúne esforços para manter os seus compromissos bem como para regularizar diante das autoridades competentes o seu funcionamento, para que as suas atividades não sejam suspensas. A missão dessa entidade religiosa, no Estado do Amapá, é mostrar que a diversidade religiosa, também, favorece as pessoas que estariam em dúvida em relação à crença em algo que possa fazer a diferença na vida espiritual. De modo corriqueiro, as reuniões acontecem aos sábados e aos domingos, com atendimentos fraternos, palestras sobre o Evangelho e aplicação de passes, conhecidos como fluidoterapia e assistência espiritual para as pessoas. A Federação Espírita possui alguns departamentos como a Secretaria de Infância e Juventude (SDIJ-FEAP), que oferece aos/às interessados/as um estudo sistematizado da Doutrina Espírita e das coisas importantes nesse campo espiritual. Esse estudo conduz ao aprofundamento da mediunidade, tão procurada pelas pessoas para o conhecimento de sua essência espiritual. Desse modo, o trabalho espírita no Amapá tem trazido reflexões importantes nas casas e nos centros espíritas.

A FEAP comemora trinta e três anos de Kardecismo no Amapá, sendo que, em 1949, foi criado o Conselho Federativo Estadual, que teria, segundo o primeiro presidente da FEAP, possibilitado a criação de bases sólidas para a prática da mediunidade e o fortalecimento da união espírita nesse Estado. Através de muitos esforços, em especial na década de 1980, foi construída a primeira livraria denominada André Luiz.³¹ Nessa época, também, o Kardecismo ganhou voz, tendo o seu primeiro programa na rádio difusora: *A Voz da Terceira Revelação*,

³¹ COSTA, André L. *Da sociedade espírita de São Paulo em seu livro: o cotidiano do espiritismo*. São Paulo: Cristã, 1986. p. 31.

que levou a Doutrina Espírita para os lares amapaenses. A década de 1980 foi marcada por grandes realizações, tais como: palestras públicas, grupos de estudo, serviços de assistências e promoções sociais, como também pela campanha de evangelização com crianças e jovens. Ou seja, teria sido nessa época que o Kardecismo começaria a ganhar força e unificação espírita no Estado do Amapá.

Os anos 1990 foram marcados pela expansão e pela dinamização das ações da FEAP, em parceria com as Casas, Centros Espíritas e seus trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto começavam as obras da construção da nova sede federativa, desencadeavam-se uma série de novas ações. Em fevereiro de 1996, aconteceu o Primeiro Encontro de Mocidades Espíritas do Amapá (EMEAP), que levou dezenas de jovens a refletirem sobre o tema *Espiritismo: Ciência, Filosofia e Religião*. Após esse, outros eventos foram realizados, tais como, a Reunião da Comissão Regional Norte, que uniu os trabalhadores locais e os dirigentes federativos. O EMEAP representa um dos momentos mais importantes para o Kardecismo,³² pois, serviu como base para um novo segmento. Isto é, teria sido a partir desse evento que se teria notado que, cada vez mais, os jovens estavam se interessando pelos ensinamentos da Doutrina Espírita.

A FEAP tem seu lugar e se preocupa com a realização de atividades nas áreas assistencial, cultural, filantrópica e beneficente. Em 2005, a FEAP inaugurou a Unidade de Promoção Integral (UPI), chamada de casa Chico Xavier, para atender pessoas necessitadas. Além disso, a Feira do Livro Espírita completou dezoito anos de atuação e, no Estado do Amapá, a FEAP homenageia diversos nomes importantes, tais como, Edson Gomes Correa um mentor do Kardecismo, que tem uma biblioteca com o seu nome. O Kardecismo cresceu bastante nos últimos tempos e, através de seus conhecimentos e doutrina, as pessoas percebem sua importância e contribuição para a sociedade amapaense. A Doutrina Espírita trouxe entendimentos mais concretos a respeito da religião e das questões espirituais que outrora não eram privilegiadas pelas doutrinas tradicionais.

A Doutrina Espírita conquistou espaço na Rádio de Difusora AM, através de um programa chamado *Conexão Espírita*, que teve seu começo em 28 de abril de 2007. Nesse contexto, através das ondas de Rádio, o Kardecismo foi anunciando sua doutrina e seus conhecimentos espirituais e, ao lado dessa conquista, vários acontecimentos e projetos foram desenvolvidos através da Federação Espírita, o que teria dado destaque aos/às colaboradores/as do Kardecismo e, ao mesmo tempo, possibilitando serem conhecidos/as.

³² CHIBENI, Silvio S. *O paradigma espírita*. São Paulo: [s.n.], 1994. p. 82.

A Federação Espírita foi mais longe em busca de autoridades renomadas do Kardecismo, no intuito de se fortalecer. Recém-chegada no Estado do Amapá, a Doutrina Espírita, através dessas autoridades renomadas, passava segurança para os seus novos adeptos, criando grupos de jovens espíritas e juventudes que participavam de diversos encontros. Assim, as pessoas eram contagiadas, dos/as jovens aos idosos/as, através das inovações religiosas da Doutrina Espírita.

Outros eventos foram realizados, a saber, as passeatas e as caminhadas pela paz ou em prol da vida. Através da expansão do Kardecismo no Amapá, os amapaenses tiveram a oportunidade de conhecer um viés ou uma tendência religiosa diferente, para tentar sanar seus anseios religiosos, já que as outras doutrinas não direcionavam para o transcendental-espiritual da mesma forma como ocorre na Doutrina Espírita. Mesmo quando era pouco conhecido, o Kardecismo em Macapá começava a criar bases sólidas para o futuro. A primeira entidade federativa a congregar o Movimento Espírita Nascente, isto é, a União Espírita Amapaense, foi fundada em 24 de fevereiro de 1960, por Luiz Gonzaga Pereira de Souza, sendo ele o primeiro presidente da FEAP.³³

A FEAP instaurou um novo segmento na Doutrina Espírita no Amapá, dando ao Kardecismo bases sólidas e amparo legal, e isso teria contribuído para o crescimento do número de adeptos/as e de seguidores/as. Tal crescimento teria exigido uma maior organização e, por isso, foram sendo realizados eventos, tais como, palestras, encontros e estudos de grupos, para debater a necessidade de se aprender mais sobre o Kardecismo e a prática da mediunidade. Entretanto, vale ressaltar que o Kardecismo vai além disso e não deveria ser definido apenas como religião ou simplesmente como uma filosofia. A Doutrina Espírita admite o princípio da reencarnação e das manifestações dos espíritos dos mortos entre os vivos. Embora fundamentada firmemente na doutrina e nas orações da Igreja Católica Apostólica Romana,³⁴ o Kardecismo não tem uma liturgia complicada, restrições, rituais de adoração, estrutura sacerdotal ou igrejas, mas, apresenta aos/às praticantes simplesmente um conjunto de princípios para torná-los/as seres humanos mais evoluídos e tolerantes, principalmente responsáveis pelos próprios atos.

A Doutrina Espírita se propõe a demonstrar que a alma humana pode viver a existência terrestre numa comunicação estreita e indissolúvel com as entidades imateriais do mundo dos Espíritos. Seu objetivo seria, nesses termos, provar que o mundo dos espíritos age

³³ SANTOS, Prezalindo L. *Esboço do espiritismo*. São Paulo: Marte, 1986. p. 28.

³⁴ GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 123.

indubitavelmente sobre o mundo das pessoas, comunicando e influenciando de modo tão profundo que as pessoas não poderiam compreender, mas, que, cedo ou tarde, reconhecerão essa interação entre mundos.³⁵ Após trinta e um anos, muitos sonhos da instituição religiosa ainda precisam ser alcançados, porém, muitos já começaram a ser construídos desde a criação do Campo Experimental da FEAP, que dinamizou e possibilitou a formação dos Grupos de Estudo Sistematizados da Doutrina Espírita e da Mediunidade, passando pela expansão das atividades de Assistência Espiritual, da Evangelização da Infância e da Juventude, chegando ao Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita. O reflexo desse trabalho tem se mostrado no exercício da unificação do Movimento Espírita, em conjunto com as Casas e com os Centros Espíritas.

Nos últimos oito anos, muitos acontecimentos marcaram a atuação da FEAP tanto no que se refere a sua ação interna quanto àquelas promovidas em conjunto com as Casas e com os Centros Espíritas. A atuação da FEAP na área social tem contribuído bastante para a qualidade de vida de muitas crianças, além da evangelização para esse público infantil que, desde pequenas, aprendem sobre a Doutrina Espírita.³⁶ Contudo, vale ressaltar que, mesmo com tanta informação sobre o Kardecismo, algumas pessoas sofrem algum tipo de discriminação, talvez, pela falta de conhecimento e pela tendência de rotular as pessoas que frequentam esta doutrina. Mas, na maioria das vezes, tal discriminação ocorre pela intolerância religiosa e pelo hábito errôneo que algumas pessoas têm em julgar o que desconhecem.

O Centro Espírita Bezerra de Menezes foi fundado em 08 de maio de 2005 e está situado na Avenida Carlos Drumont de Andrade, nº 1517, no bairro do Gongós, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá. Trata-se de uma organização religiosa sem fins lucrativos com a finalidade de estudar a parte teórica, prática e, fundamentalmente, a Doutrina Espírita sob o seu tríplice aspecto: Religião, Filosofia e Ciência – exclusivamente de acordo com a codificação de Allan Kardec. O objetivo desse Centro Espírita é difundir a Doutrina Espírita em todos os meios de comunicação, guardando com coerência seus postulados. Essa organização possui sede própria, construída toda em alvenaria, e teve como seu primeiro presidente Manoel Felipe de Menezes. Nesse espaço, são realizados diversos trabalhos de evangelização e palestras, no intuito de difundir a Doutrina Espírita para todas as pessoas que se interessarem, sem distinção ou qualquer tipo de discriminação.³⁷

³⁵ KARDEC, Allan. *Livro dos espíritos: princípios da Doutrina Espírita. Sobre a Imortalidade da Alma*. Rio de Janeiro: FEB, 1848. p. 29-32.

³⁶ THIAGO, Lauro S. *Homeopatia e espiritismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, FEB, 1983. p. 71.

³⁷ INCONTRI, Dora. *Para entender Allan Kardec*. São Paulo: Lachatre, 2004. p. 45.

No Centro Espírita Bezerra de Menezes, o Kardecismo se tornou uma nova ciência, que teria sido revelada para a humanidade e que trouxe em seu bojo as provações que, de modo algum, poderiam ser recusadas na existência humana. Parte-se do pressuposto de que o bioma terrestre espiritual incorpora o mundo físico em uma relação íntima. Esse ensinamento está ligado ao aspecto tríplice da Doutrina Espírita: religião, filosofia e ciência. Bezerra de Menezes foi um defensor e um divulgador da Doutrina Espírita, escolhido para denominar esse Centro Espírita pelos seus grandes feitos. Ele foi considerado o Kardec brasileiro, pois teria se dedicado à cura de pessoas necessitadas, travando desafios para a liberdade dos/as membros/as do Kardecismo. Por isso, tornou-se uma celebridade popular, sendo reconhecido por seus trabalhos humanitários que aconteceram em meados do século XIX, impulsionando o Kardecismo com um novo vigor no território brasileiro.

O Centro Espírita Bezerra de Menezes contribui com o auxílio para pessoas que se encontram fragilizadas espiritualmente, oferecendo orientações e um pouco de consolo. O modo mais peculiar se dá através de ações materiais, que são realizadas ano a ano, tais como: pacotes de higiene bucal e medicamentos; cestas de alimentos, principalmente no período natalino; brinquedos no dia das crianças; entre outros. Esse novo direcionamento espiritual da Doutrina Espírita foi despertando a curiosidade de neo-espíritas para fortalecer ainda mais essa doutrina no Brasil, pois, o íntimo das pessoas foi revivendo de forma linear e respirando um novo tempo no âmbito religioso, ou seja, foi nascendo uma esperança diferente do que se via outrora.

Além disso, outros instrumentos utilizados na época, tais como: CD's, DVD's, livros e revistas, serviram para a divulgação da Doutrina Espírita, isto é, como uma tábua de salvação para quem não acreditava ou tinha sua crença abalada por outras convicções religiosas, que, muitas vezes, trouxeram um desgaste espiritual para essas pessoas. Com isso, os Centros Espíritas foram agregando inúmeras pessoas que buscavam respostas aos seus questionamentos espirituais. Além disso esses centros, principalmente o Centro Espírita Bezerra de Menezes, tinham voluntários/as para manter as casas que recebiam seus/suas participantes e, nessas casas, eram feitas as doações e as caridades sem nenhum fim lucrativo. Desse modo, cada vez mais, crescia a procura pela Doutrina Espírita, que trazia novos preceitos religiosos para o povo e que ofertava alguns atendimentos de odontologia, de clínica médica, de fonoaudiologia e de enfermagem. Essas ações eram realizadas até duas vezes ao ano ou por semestre, em especial para as famílias mais carentes.

Os Centros Espíritas atendem diversas pessoas, mesmo aquelas que não são adeptas ao Kardecismo. A proposta é que seja um acolhimento igualitário, para demonstrar diferença nas

atitudes como seres humanos e religiosos em relação ao respeito e ao afeto ao próximo. Os princípios do Kardecismo são o amor e a caridade pelo próximo, sem cobrar algo em troca, ou seja, de modo gratuito são realizados serviços voluntários, especialmente para crianças e adolescentes. Compreende-se que, dessa forma, seria possível mitigar algumas desigualdades sociais no Brasil. Os/as profissionais que labutam nesses projetos recebem orientações dos/as coordenadores/as e atuam com um esforço especial além de um sentimento solidário.

O Centro Bezerra de Menezes agrega diversos projetos para a saúde da comunidade, dentre eles, vale destacar o projeto Saúde Ser Integral, que cuida da saúde física e espiritual das pessoas. Esse projeto, todavia, contém metas para o atendimento de crianças e de adolescentes que estão matriculados/as nessa instituição espírita. O objetivo desse projeto é realizar atendimentos essenciais para crianças e adolescentes em situação de risco social, bem como é voltado para a saúde, no intuito de tornar mais sensíveis os/as novos-evangelizados/as e modificar alguns hábitos da comunidade e alguns comportamentos que seriam prejudiciais a saúde e às pessoas, de modo geral.

Sem a colaboração das parcerias, dos/as profissionais e de outras instituições, a ascensão e o prestígio dos serviços ofertados pelo Centro Espírita Bezerra de Menezes não seriam os mesmos. Essa ação de saúde e cuidado espiritual se torna salutar através dos/as colaboradores/as, por exemplo, os/as nutricionistas e fonoaudiólogos/as, que realizam toda essa programação social. A Unidade Básica de Saúde do bairro dos Congós também auxilia esse projeto, contribuindo com medicamentos, com exames específicos e laboratoriais para as crianças e adolescentes que recebem esses benefícios através do Centro Espírita daquela região. Entre os anos de 2009 e 2010 foram organizadas e desenvolvidas algumas atividades na busca da qualidade de vida das pessoas que vivem nessa comunidade. Isso teria contribuído para que o Centro Espírita Bezerra de Menezes ganhasse notoriedade pelo desenvolvimento dessas atividades de cunho social e espiritual no cenário amapaense.

2 DIALOGAR A LIBERDADE RELIGIOSA NO ESPAÇO ESCOLAR

Este capítulo quer discutir o papel da instituição de ensino em relação às diversidades culturais-religiosas que não possuem uma expressividade significativa no espaço escolar. Analisa-se a liberdade religiosa, de acordo com a Constituição Federal vigente, que, em seu artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, preconiza o direito de cada ser humano expressar seu credo religioso. Além disso, será discutido sobre a aceitação das manifestações espíritas no espaço escolar, considerando o desenvolvimento dessas manifestações nas terras amapenses e o fato de que teria encontrado barreiras para a liberdade da sessão espírita nas escolas do Estado do Amapá.

2.1 Conceito de laicidade

Nesta sessão, explora-se o conceito de laicidade, de acordo com sua perspectiva histórica, ou seja, parte-se da Constituição de 1824, na qual existia uma ligação entre Estado e Igreja; passando pelo advento da Primeira Constituição da República, em 1889, que teria marcado a cisão entre Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana; até a promulgação da Constituição de 1988, em que o conceito de laicidade pressupõe a separação do Estado brasileiro com as entidades religiosas. Em seu artigo 19, inciso I, a Constituição vigente menciona que os cultos religiosos ou igrejas podem funcionar e ter representações nas relações de dependência e aliança, na forma da lei, em colaboração de interesse público, sem intervenção do Estado.

A reflexão sobre como trabalhar a noção de laicidade no 9º ano do Ensino Fundamental, sem ferir o direito de uma entidade religiosa que está pautada na Constituição Federal de 1988, está no pano de fundo desta seção. O artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, da Constituição vigente apresenta questões de liberdade religiosa que devem ser discutidas de maneira livre e consciente, sem que esses debates venham ferir a concepção e a diversidade cultural-religiosa existente nas salas de aula. Ou seja, o objetivo é que cada aluno/a possa se expressar naturalmente e de modo convicto em relação a sua manifestação religiosa. Nas palavras de Luiz Bello:

A instituição de ensino deve ter os subsídios e os parâmetros curriculares nacionais, de acordo com a BNCC, voltada para questão da laicidade escolar a ser desenvolvida juntamente com a pluralidade religiosa em detrimento aos discentes e conjunto com os professores, buscando uma criticidade em relação ao tema proposto. Assim, o

ambiente escolar tem o dever de trabalhar essa diferença entre laicidade, conceituada como a separação do Estado com a Igreja.³⁸

Ao analisar o texto constitucional de 1824, nota-se que o Estado brasileiro viveu uma profunda união com a Igreja Católica Apostólica Romana, no decorrer do período Imperial.³⁹ Por conta disso, ela era a única instituição religiosa que monopolizava, através de suas concepções e convicções religiosas, o povo daquela época. Sobretudo, a massa social mais fragilizada, que era composta pelos índios e índias, negros e negras e grande parte da população analfabeta e leiga.

Diante disso, é notável que a República brasileira viveu momentos complexos por conta dos vínculos estabelecidos entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana. Com o advento da Constituição de 1891, a Primeira Carta Magna da República, houve uma cisão entre o Estado e o catolicismo romano, ou seja, o povo brasileiro não era mais representado pelo poder religioso católico romano, com isso a Igreja ficaria enfraquecida com essa separação do Estado e seus privilégios seriam tolhidos pela Coroa Portuguesa. Assim, o poder religioso da Igreja Católica não prevalece nesse momento republicano e, com isso, teria nascido a laicidade no Brasil.⁴⁰

Dessa maneira, o poder religioso da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, enfraqueceria diante da separação Estado-Igreja. Com efeito, outras convicções religiosas poderiam avançar em relação à sua manifestação no cenário brasileiro. Com a abertura dos portos, as nações amigas trouxeram, também, algumas entidades religiosas oriundas de vários cantos do mundo, principalmente depois do enfraquecimento católico na Europa, por exemplo: a Igreja Anglicana, nascida na Inglaterra, em 1811; e a Igreja Luterana, trazida pelos alemães, em 1824. A Doutrina Espírita teria chegado no Brasil em meados de 1845, no distrito de Mata de São João, na época da Província da Bahia.

Três filósofos iniciaram as discussões sobre a laicidade: René Descartes, Marquês de Condorcet e Auguste Comte. O primeiro teria traçado os primeiros caminhos da ideia de separação, através do *Discurso do Método*, em 1638, e dos *Princípios de Filosofia*, em 1644.⁴¹ Descartes aponta para o fato de que há domínios que escapam à razão humana, diante dos quais a razão se inclina. Para ele, a revelação não seria contraditória às realidades racionais, a

³⁸ BELLO, Luiz P. História da educação no Brasil. In: PEDAGOGIA EM FOCO [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

³⁹ BRASIL, 1824, [n.p.].

⁴⁰ BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁴¹ GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 34.

liberdade de pensamento deveria ser respeitada e a interpretação dos textos considerados sagrados seria possível através da utilização da razão.

Marquês de Condorcet, ao distinguir educação e ensino, distingue também a *ordem da razão* da *ordem dos valores*. Para ele, a moral é concebida como uma ciência. Compete à família dar a educação e à escola promover o ensino ou instrução. A pergunta é clara: “como se pode instruir e converter ao mesmo tempo”? Ou, ainda: “a religião não é uma questão de consciência e de cada Igreja?” Assim a separação entre a escola e a religião, ou o princípio da laicidade na escola, aparece pela primeira vez. Marquês de Condorcet foi o primeiro a explicitar uma concepção laica de educação, no seu documento *Cinco memórias sobre a instrução pública*, em 1791.

Auguste Comte foi a fonte que guiou os republicanos a partir de 1860, defendendo a idade positiva, a idade da ciência, que assegura a ordem e o progresso da humanidade. Ele propõe que a religião de um Deus transcendente seja substituída pela *religião da humanidade*. A ideia de que o Estado não deveria ter ligação de dependência com a Igreja seria o ponto principal do laicismo, em que não deveria acontecer essa relação íntima para que ambos tivessem sempre liberdade e respeito sobre a religião, e as pessoas que comungam suas convicções da forma que pensarem melhor individualmente. Nesses termos, a interferência de um ou outro poderia determinar e/ou tendenciar alguém para outro credo, por força política ou religiosa. Assim, haveria uma pluralidade e uma liberdade de religião como é garantido pela Constituição para cada pessoa.

O laicismo é a doutrina que proclama o afastamento total e absoluto das instituições sociopolíticas, culturais e educativas de toda influência da Igreja.⁴² Não se trata, pois, de um movimento ou uma escola de pensamento. Acredita-se que a diversidade religiosa também se mostra como uma igualdade dentro dos contextos escolares, em que cada aluno/a possa professar sua convicção religiosa de forma individual, tendo o devido respeito em seu credo ou religião e que o/a discente seja convicto através dos ensinamentos familiares. Com isso, a instituição escolar deveria trabalhar o respeito e a diversidade religiosa de forma consciente nesse espaço de transformação do conhecimento.⁴³ A laicidade é, nesse sentido, um princípio que assegura a liberdade de consciência e que garante o livre exercício dos cultos. Enquanto as entidades religiosas se mantêm no campo das demandas espirituais, não reivindicando o

⁴² PRADO, L. A. Laicidade, sim: Laicismo, não. *Revista Cultura e Fé*, Porto Alegre, a. XIX, n. 73, p. 39-44, 1996. p. 39.

⁴³ CAVALCANTI, Alberes S. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Fundamento*, Ouro Preto, v. 1, n. 3, p. 172-186, 2011. p. 179.

domínio do espaço público, laicidade e religião não são inimigas e não se contrapõem. Ao contrário, é a laicidade que permite o pleno e livre exercício da religiosidade, seja de forma institucionalizada ou individualizada.

Na atualidade, a laicidade tem pilares solidificados para combater a intolerância religiosa, pois respeitar a crença do/a outro/a se torna salutar em uma sociedade que está em plena evolução social e religiosa. A ignorância e o preconceito das pessoas se fortalecem quando elas deixam de perceber a importância da separação entre o Estado e a Igreja. Deve-se entender que o respeito faz com que a sociedade cresça e evolua e que não retroceda em seus conceitos. Nesse sentido, respeitar a crença das pessoas – por ser algo peculiar, específico, subjetivo em relação aos cultos, sermões, reuniões, e até transcendental, como se tem em algumas entidades religiosas – implica em não criticar o que não se conhece, e sim respeitar. Por exemplo, a Igreja Católica Apostólica Romana, que, com seus crucifixos e imagens, tem uma importância singular para as pessoas devotas.

A Constituição de 1988 explicita o princípio da laicidade, mencionando no artigo 5º, inciso VI, que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantido, por lei, a liberdade de culto e suas liturgias”⁴⁴. Em conexão com o artigo 19, que veda a união dos Estados, Distrito Federal e municípios, ressalta que “devem estabelecer cultos religiosos ou igrejas e o funcionamento, mantendo com eles, seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”⁴⁵. Os entes federativos devem incentivar os cultos e suas liturgias, de forma que todas as entidades religiosas e manifestações religiosas possam ter o mesmo direito e espaço para divulgar a sua fé. Roseli Fischmann reforça o Estado laico e sua separação em distinção das religiões e considera que a esfera pública e a ordem social deveriam possibilitar a convivência e uma diversidade religiosa humana, já que tratar de religião ou de entidade religiosa seria algo subjetivo e particular e, por isso, cada pessoa poderia manifestar aquilo que sente, de acordo com a doutrina, a norma e o regulamento da entidade religiosa que professa.⁴⁶

Em relação ao espaço escolar, a tolerância religiosa está pautada no respeito dentro do credo de cada estudante. Mesmo assim, a intolerância religiosa está presente em cada contexto de ensino por diversas concepções, especialmente quando uma/a estudante considera que sua

⁴⁴ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁴⁵ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁴⁶ FISCHMANN, Roseli. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé*. São Paulo: Factash, 2012. p. 18.

religião é melhor que as outras, criando estereótipos de religião. A Constituição Federal vigente garante o ensino nas escolas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) menciona a importância de estudar o fenômeno religioso em uma instituição de ensino, porém, de forma que cada aluno/a respeite o individualismo religioso sem se incomodar com as convicções religiosas diferentes da sua.⁴⁷

O contrassenso, então, seria conciliar a pluralidade religiosa e a laicidade sem oprimir o sentimento de religião daquele/a que professa seu credo, por mais tradicional que seja. A legislação vigente garante essa liberdade de expressão religiosa em âmbito particular e/ou coletivo. Assim, a instituição escolar deveria esclarecer a importância do respeito à diversidade religiosa no cenário brasileiro para os/as alunos/as. Por mais que existam pessoas extremistas e radicais que tentam sufocar as concepções e as convicções de outras pessoas.

Nesse aspecto, o Relatório Debray afirmava que “ninguém pode confundir catecismo e informação, proposição de fé e oferta de saber, 'testemunhos' e relatos”⁴⁸ [grifo do texto]. A lei coloca à disposição da instituição de ensino a gratuidade da educação religiosa, de modo que ela seja útil e saudável para os/as alunos/as, sem que o Estado laico sofra com as mazelas da desigualdade religiosa e as pessoas tentem boicotar quem escolhe tal crença. Compete ao Estado organizar e zelar pela liberdade de expressão religiosa, garantindo os direitos de religião, já que o Brasil possui uma multiculturalidade de credos. Todavia, a espiritualidade oportuniza e cria possibilidades para cada um escolher sua entidade religiosa que mais tem afinidade. Entretanto, a diversidade religiosa e os direitos humanos deveriam ser tratados com atenção especial, pois, os sentimentos e os segmentos religiosos são algo subjetivo e espiritual, considerando que a fé pode trazer um significado para a vida das pessoas.

De acordo com o programa Nacional dos Direitos Humanos, abordar o diálogo entre as entidades religiosas se torna salutar e primordial em uma sociedade que se mostra pluralista, pois isso contribui para o reconhecimento e o bom senso em relação às diversidades religiosas. O fenômeno da laicidade e do laicismo são importantes para que o Estado não interfira nas igrejas com seu poder e, por isso, pode-se acreditar numa liberdade religiosa sem a intervenção do Estado. Qualquer entidade religiosa poderá, dessa forma, divulgar suas doutrinas e segmentos, conforme a Constituição Federal vigente preconiza. O laicismo ganhou força na França, que, em linhas gerais, tornou-se um princípio político abominando as influências das

⁴⁷ CASANOVA, José. O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n. 131, p. 303-332, 2007. p. 323.

⁴⁸ DEBRAY, Regis. *Deus, um itinerário*: material para a história do eterno no Ocidente. São Paulo:Cia das Letras, 2004. p. 89.

entidades religiosas no espaço público. Ao levar em consideração que a religião deve ser tratada de modo peculiar, o particular pode ter suas próprias convicções sem a interferência da religião, deixando o Estado conduzir essa relação com as pessoas.

As entidades religiosas, em acepções diversas, muitas vezes, comentam sobre o sagrado e o profano, mas, nas concepções de cada cultura, o sagrado ou o profano seria o que é pregado pelas igrejas tradicionais. Na atualidade, parece que esses termos foram ressignificados e as igrejas modernas teriam definido o que é profano ou sagrado atribuindo, por exemplo, as vestimentas que mudaram bastante ao longo da história das igrejas. As normas vieram para regulamentar a tolerância e o respeito, considerando a diversidade religiosa, que representa um aspecto que não se manifesta apenas nas igrejas, mas, que alcança as instituições de ensino. O objetivo da legislação seria a promoção do diálogo entre as diferentes posições, sejam elas contrárias ou em conformidade, deixando a liberdade institucionalizada pelo Estado, ou seja, não existe impedimentos para confrontar as doutrinas tradicionais com as novas ideias sobre o sentido da religião na vida do ser humano.

Nesse ponto, o entendimento do significado de laicidade seria relevante para aferir o grau de proteção constitucional conferido a esse princípio. É importante ressaltar, desde já, que, por vezes, ocorre uma espécie de identificação da laicidade do Estado com o que está disposto no art. 19, inciso I, da Constituição Federal de 1988.⁴⁹ Ou seja, trata-se de confundir a determinação da separação entre o Estado e a Igreja com o conceito de laicidade. Esses dois aspectos não são sinônimos, porque, além de terem significados diferentes e consequências distintas, o conceito de laicidade é mais amplo do que a separação entre o Estado e a Igreja. Por isso, igualar essas perspectivas enfraquece e restringe a laicidade. Além dos elementos formadores da laicidade, a Constituição Federal trata a questão religiosa em diversos outros dispositivos, no intuito de, especialmente, garantir a liberdade de crença. O arcabouço constitucional deve ser entendido em seu conjunto para determinar qual é o conteúdo de laicidade protegido e como isso está previsto.⁵⁰

A partir disso, o princípio da laicidade, ainda que não seja um valor absoluto e superior a outros princípios, é um mandamento de otimização e deve ser concretizado o máximo possível. Para tanto, resta ainda a atuação estatal positiva para a garantia da laicidade.⁵¹ Essa análise não só é importante para uma definição conceitual mais apurada, mas, também, para dar embasamento a uma discussão mais ampla sobre a efetividade da laicidade no Estado brasileiro.

⁴⁹ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁵⁰ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁵¹ BRASIL, 1988, [n.p.].

Deve-se assumir que não existem normas constitucionais de eficácia plena, para avançar no debate de concretização desse princípio.

Finalmente, é possível notar, em casos concretos, certas colisões entre os direitos fundamentais que envolvem os elementos constituidores da laicidade. Por exemplo, a colisão entre o direito à liberdade de expressão e o direito à liberdade religiosa,⁵² ou entre o direito da liberdade religiosa de uns em relação aos que professam uma fé diferente. Essas questões precisam ser enfrentadas, considerando que os princípios devem ser protegidos em sua maior extensão. Nesses casos, é possível ter como critério à medida que mais garantirá a laicidade estatal. O debate sobre a laicidade é complexo e permeado de argumentos embasados na cultura e na tradição do povo brasileiro, na religiosidade exercida pela maioria da sociedade ou na legitimidade das pessoas que compõem os diversos Poderes da República e trazem para suas atividades as suas convicções filosóficas pessoais, por exemplo.

Ainda que se utilize a teoria de Robert Alexy que o “conceito correto ou adequado de direito é resultado da relação de três elementos: legalidade conforme o ordenamento, eficácia social e correção material. Sem esses três elementos, obter-se-á um conceito de direito positivista ou jusnaturalista”⁵³, cabe ressaltar que há diversos entendimentos que criticam esse posicionamento, não identificando os princípios constitucionais como mandamentos de otimização, por entenderem que isso enfraquece o seu caráter deontológico.⁵⁴ A teoria de Robert Alexy fornece subsídios importantes para a análise aqui proposta – isso será explicado no capítulo subsequente.

Em 2017, o Brasil teria vivido um impasse, em que, de um lado, estavam as associações católicas e evangélicas e, de outro lado, estavam órgãos tão díspares quanto a Federação das Associações Muçulmanas e a Liga Secular Humanista do Brasil. No meio desse impasse, estavam as crianças do Ensino Fundamental e os onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O tema era o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439, em que se discute as diretrizes sobre o Ensino Religioso nas escolas. A ação foi proposta em 2010, pela Promotoria Geral da República (PGR), solicitando que, no Ensino Fundamental da rede pública, houvesse aulas sobre religião apenas se o conteúdo tratar “das doutrinas, práticas, histórias e dimensão social das diferentes religiões”⁵⁵. Além disso, o/a professor/a da disciplina não

⁵² BRASIL, 1988, [n.p.].

⁵³ LIMA, André C. F. A teoria dos princípios de Robert Alexy. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, a. 19 , n. 4078, p. 19-32, 2022. p. 27.

⁵⁴ ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 17.

⁵⁵ GRUEN, Wolfgang. Aspectos legais do ensino religioso na escola. *Revista de Catequese*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 80-87, 1979. p. 85.

deveria privilegiar ou ser representante de algum credo – como um padre, um rabino, um pastor ou uma ialorixá, comumente conhecida como mãe de santo.

A Lei da Educação brasileira menciona que as instituições de ensino têm a obrigatoriedade de oferecer para as crianças aulas de Ensino Religioso, sendo que essa disciplina deve ser ofertada em modalidade não obrigatória. Seriam os/as responsáveis desses/as alunos/as que permitiriam ou não que eles/as frequentassem as aulas, desde que tenham interesse. Porém, a PGR definiu que as aulas deveriam ser de cunho confessional, orientando que as instituições estaduais e municipais deveriam observar se não estão direcionando para uma única entidade religiosa, que seria a Igreja Católica Apostólica Romana. Mas, uma vez que o Estado brasileiro é laico, essa decisão estaria violando o princípio da laicidade.

O STF deu início ao julgamento: “faltam votar apenas o ministro Marco Aurélio, Celso de Mello e Cármen Lúcia”⁵⁶. Após as duas primeiras sessões em que o STF analisou a ação, o placar estava em cinco votos contra o pedido realizado – Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski –, e três votos a favor do pedido da PGR – Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber. O que estava em jogo, para alguns, era o respeito à letra da Constituição de 1988. Para outros, o grau de tolerância em relação às diferenças religiosas que se tem hoje no país. Pessoas acreditam que o ensino de religiões cristãs nas escolas reflete a demografia do povo brasileiro e que seria uma atitude de “ingratidão” impedir o ensino confessional nas escolas.

Na primeira sessão do julgamento, Barroso, relator da ação, Fux e Weber concordaram com o argumento da PGR de que o Ensino Religioso, mesmo que facultativo, poderia expor crianças a constrangimentos, caso elas escolham não frequentar as aulas, por exemplo. Essa também teria sido a posição da maior parte das associações de educadores, das ONG’s de direitos humanos e das congregações religiosas, que pediram para que seus argumentos fossem ouvidos pelo tribunal. “Defendemos que o STF estabeleça limites negativos à presença do ensino religioso nas escolas públicas, limites do que não pode ser”⁵⁷, disse à BBC Brasil Denise Carreira, relatora nacional de Direitos Humanos da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

⁵⁶ OKARIRI. *STF decide polêmica sobre como ensinar religião nas escolas*. 27 set. 2017. [online]. [n.p.].

⁵⁷ COSTA, Camila. Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas. *In: BBC NEWS [Site institucional]*. 27 set. 2017. [online]. [n.p.].

Entre outros, que não podemos ter matrícula automática na aula de religião, que hoje é o caso em muitas redes de ensino. A família que não quer tem que passar por um procedimento longo para tirar a criança. Também defendemos que o ensino religioso não pode ser oferecido em horários de disciplinas obrigatórias - aulas no meio período, por exemplo. Muitas escolas fazem isso para forçar a barra.⁵⁸

O STF deveria ir mais longe, ou seja, além de definir o tipo de Ensino Religioso que deve ser oferecido nas escolas, deveria, também, discutir se seria custeado pelo poder público, como a lei atual permite. Mas, segundo Costa, foi argumentado que “no momento em que o país está, com a dificuldade da implementação do Plano Nacional de Educação por falta de recursos, não tem cabimento investir dinheiro público em ensino religioso”⁵⁹. Túlio Vianna, advogado que representou a Liga Humanista Secular do Brasil (LHIS), e que congrega pessoas sem religião – como agnósticos e ateus –, acredita que ação da PGR busca, de certo modo, corrigir uma contradição dentro da própria Carta Magna.

2.2 Aceitação das manifestações espíritas na escola

Como já dito no capítulo anterior, a Doutrina Espírita tem avançado em seu campo religioso, buscando um lugar, seja uma instituição escolar ou um espaço de construção do conhecimento, para que, através do corpo docente e discente, possa dialogar acerca das manifestações espíritas e sua aceitação como uma entidade religiosa em expansão. Assim, acredita-se na possibilidade de se construir na relação entre alunos/as e escola um melhor entendimento acerca das concepções espíritas no âmbito escolar. O/a formador/a de opinião tem o dever de esclarecer em conjunto com os/as alunos/as que, a partir do princípio da laicidade, qualquer credo religioso pode se manifestar sem preconceito, ou seja, por mais inexpressivo que seja diante das críticas de pessoas anti-religiosas ou fanáticas.

Ao lado dos bons costumes e dos valores que são trazidos desde o berço familiar, a escola, como instituição educadora, manifesta-se e contribui para a vida das pessoas através de conhecimentos científicos e do seu fazer pedagógico. A escola, desse modo, tem um papel primordial na reflexão sobre a criticidade em relação às diversas manifestações religiosas que chegaram ao Brasil e que, de alguma forma, foram se instalando e utilizando as concepções que cada pessoa se identifica. Ou seja, a religião é um aspecto peculiar, subjetivo e pessoal que não deve sofrer nenhum tipo de manipulação, e sim ficar livre a escolha, de forma a cumprir com os princípios do Estado laico e com o princípio da laicidade. A educação espírita nasceu através

⁵⁸ COSTA, 2017, [n.p.].

⁵⁹ COSTA, 2017, [n.p.].

da Filosofia e da Pedagogia, pois, os escritos deixados por essa doutrina deram sustentação teórica para fortalecer ainda mais sua vinda nesse campo místico religioso.

A Filosofia e a Pedagogia Espírita da Educação trazem a visão de que as pessoas são espíritos que retornam à nova experiência, trazendo estruturas internas e, ao reagirem em relação aos que fazem parte do cotidiano, desenvolvem o germe da perfeição como herança divina. Assim, o espírito é considerado o construtor de seu próprio destino. A educação espírita, inspirada nos princípios da liberdade, da solidariedade e da cooperação humana, tem por finalidade o desenvolvimento do/a educando/a em relação ao respeito às pessoas e à participação no ambiente social, econômico, político e religioso. As atividades de ensino-aprendizagem consistem em práticas de liberdade e em aprender e valorizar experiências que conduzem à compreensão dos valores que promovam a formação harmônica e global do/a educando/a em seus aspectos biopsicossocial, cultural e espiritual, respeitando as diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas.

O processo pedagógico é direcionado pelas relações interpessoais sustentadas pela afetividade, pelo desenvolvimento e pela conquista da autonomia intelectual e moral. A abordagem metodológica está fundamentada nas ações que expressam e elevam a auto-estima e a espiritualidade, bem como está fundamentada na abordagem educativa dos princípios da educação nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's), que são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino,⁶⁰ nos fundamentos legais dos Direitos da Criança e do Adolescente e nos princípios da Filosofia e Pedagogia Espírita da Educação.

2.3 Características do Kardecismo no Brasil e a Educação

Segundo a pesquisa do IBGE de 2010, que realizou um levantamento das entidades religiosas no Brasil,⁶¹ a Doutrina Espírita, atualmente, tem cerca de quatro milhões de adeptos. Dentre as principais características do Kardecismo, podem ser elencadas: a reencarnação do ser humano, a imortalidade da alma, a mediunidade – descrita como a possibilidade de comunicação entre vivos e mortos – e preceitos variados na prática espírita. Além dessas características, vale ressaltar ainda a crença na evolução do espírito e a afirmação da existência de vida em outros planetas. A teoria espírita enfatiza acerca dos espíritos, mas, deus seria como

⁶⁰ MANARIM, Adriana. O que são e para que servem as Diretrizes Curriculares? *In*: TODOS PELA EDUCAÇÃO [Site institucional]. 08 jan. 2018. [online]. [n.p.].

⁶¹ IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. [online]. [n.p.].

uma inteligência suprema, além de ser considerado o autor das leis, da natureza e o criador do universo. Na Doutrina Espírita, afirma-se que Jesus Cristo é o filho do altíssimo, mas, seria um espírito em evolução neste mundo, quando esteve nele.

A Doutrina Espírita é sistematizada através de seguidores/as e mentores/as, que trabalham nas Casas Espíritas Olá Espírita, como se conhece. O Kardecismo propõe a educação das pessoas no intuito de melhorar a conduta delas no mundo e tem um objetivo fundamental, que seria a utilização do conhecimento como uma fórmula para a libertação da consciência espiritual. Segundo Luiz Trevizani, o caminho da libertação espiritual é o autoconhecimento. Conhecer o caminho significa conhecer profundamente a nossa alma, e conhecer a si próprio, numa jornada que exige vontade, dedicação e disciplina.⁶²

Faz-se necessário que a educação desenvolva mudanças relevantes na sociedade, através dos conhecimentos que são trabalhados em sala de aula, para transformar pessoas comuns em verdadeiros/as cidadãos/ãs críticos/as. Nesse sentido, vincula-se a educação ao crescimento de uma sociedade que investe no potencial das pessoas e que faz com que aconteçam as mudanças de forma significativa. Segundo Moacir Gadotti, a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados objetivos.⁶³ Para Paulo Freire, a educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui.⁶⁴ Diante da grande importância da educação, torna-se necessário estudar a história da educação em seus mais diversos contextos, pois, ela proporciona o conhecimento do passado da humanidade, criando, assim, novas perspectivas. Para Maria Aranha:

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.⁶⁵

Entretanto, o estudo da história da educação deve compreender tais mudanças, pois, sem o ato educacional, será difícil construir hábitos nas pessoas que estejam dispostas a realizar essa

⁶² TREVIZANI, Luiz. Autoconhecimento e Libertação Espiritual. In: LUZ DA CONSCIÊNCIA [Site institucional]. 29 jan. 2020. [online]. [n.p.].

⁶³ GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 10-32, 2012. p. 13.

⁶⁴ FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 462-485.

⁶⁵ ARANHA, Maria L. A. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. p. 24.

transformação, isto é, de uma postura que leve ao senso crítico e participativo na sociedade em um contexto modemo cultural e sócio-econômico brasileiro. O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas, evidentemente, não difere o modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade. Por mais que as leis elaboradas ao longo dos anos indicassem mudanças, a realidade pouco mudava e a educação, com toda a sua magnitude, destinou-se a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar objetos, quando deveria formar sujeitos da história. A história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e pelo privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população.⁶⁶

Os europeus chegam às terras brasileiras para começar um processo que resultaria no confronto de culturas, colocando abaixo os/as índios/as e depois as pessoas negras, elevando os europeus que tinham objetivos colonizadores, para disseminar no território nacional seu poderio sócio-econômico. Os padres jesuítas preparados para o embate de ideias que viriam da Reforma Protestante que estava acontecendo na Europa, chegaram ao país com metas de profetizar e educar os/as indígenas e ter mão-de-obra mais barata, pois, os colonizadores tinham essa intenção, além de outros interesses pessoais. A instituição da escola pretendia mais do que educar esses silvícolas, na verdade, queria apresentar uma ideologia nova como a tábua de salvação para remir os pecados daquela comunidade nativa.

Uma atividade educacional trazida pelos educadores Jesuítas, que estaria mais vinculada a uma política da colonização, teve um lapso temporal de mais ou menos dois séculos, e era considerado como correto e peculiar na educação daquela época. A aprendizagem não era voltada a criticidade, eles ficavam alienados em relação aos acontecimentos do cotidiano, e o ato educacional foi mudando para uma aristocracia, que é um regime político no qual uma classe minoritária em uma sociedade detém poderes e privilégios próprios para governar,⁶⁷ em ascendência sócio-econômica.

A aprendizagem seria um prejuízo para a classe desprivilegiada, a praticidade não seria utilizável ao conhecimento, seu manuseio conduzia as pessoas para algo mais familiar e atividades campesinas, as pessoas negras não saberiam lidar com esses estudos sistematizados, pois a instrução dos jesuítas era direcionada as escolas formas e não ao campo. Os membros

⁶⁶ ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1978a. p. 25.

⁶⁷ OKA, Mateus. Aristocracia. In: TODO ESTUDO [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

jesuítas foram modificando sua intenção da catequese e da instrução aos índios em comentário ao Ratio, com isso, fortalecia-se a aristocracia ficando à margem da sociedade os menos favorecidos.

Os catequistas ou os padres jesuítas ficariam responsáveis pela aprendizagem dos filhos dos senhores de engenho, dos colonizados, dos silvícolas e das pessoas negras escravizadas. Os descendentes eram aqueles que recebiam a instrução, os/as índios/as não passavam de meras peças para dar sentido ao processo de colonização dos portugueses. As pessoas em situação de pobreza e seus herdeiros e herdeiras ficavam excluídas do processo educacional. A sistematização da aprendizagem jesuítica tinha uma organização escolar bem elaborada pedagogicamente, em que era direcionada à leitura e à escrita. Contudo, os níveis secundários e superiores estavam se fortalecendo nesse campo da educação brasileira. Os educadores jesuítas ensinavam não somente no nível da alfabetização, mas, também, na modalidade dos cursos superiores, que envolviam a formação de padres nos seminários e nas ciências como: Gramática Latina, Humanidades, Retórica, Filosofia para formação de padres e tantas outras disciplinas que davam ênfase ao magistério da igreja.

O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, em 1759, travou conflitos com os jesuítas, expulsando-os das colônias de Portugal. Com isso, as escolas desapareceram do contexto das colônias portuguesas. A racionalidade de conflitos que foi direcionada por Piletti sob o controle de Portugal em oposição a Companhia de Jesus, como eram conhecidos os padres jesuítas. O desaparecimento das escolas jesuíticas provocou um enfraquecimento no processo educacional, que outrora estava consolidado como modelo exemplar. A era pombalina trouxe mudanças significativas que, segundo Claudino Piletti: “criar a escola útil aos fins do Estado e [...] ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam [...] organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa”⁶⁸.

A expulsão dos jesuítas desmantelou toda uma estrutura administrativa de ensino e o Estado passou a assumir pela primeira vez os encargos da educação. Com isso, mudou-se o quadro de professores e rebaixou o nível de ensino, porém, não houve ruptura em suas estruturas, pois os substitutos foram pessoas preparadas pelos jesuítas e, aos serem recrutados, tentaram dar continuidade a sua ação pedagógica. Entretanto, “o ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada”⁶⁹, já que com a reforma pombalina nenhum sistema educativo comparado ao jesuítico passou a existir.

⁶⁸ PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 28.

⁶⁹ PILETTI, 1997, p. 34.

A vinda da Realeza ao Brasil, em 1808, provocou fortes mudanças culturais e um crescimento significativo no âmbito educacional, pois o acesso à educação era limitado a poucas pessoas antes da chegada da Coroa. Assim, a família Real Portuguesa trouxe certa independência que fez com que o ensino superior tivesse uma atenção primordial em relação às outras modalidades de ensino, ficando para mais tarde as modalidades inferiores, ou seja, tratava-se da classe popular que não tinha privilégios. A meta que a educação no Império gostaria de alcançar seria as classes abastadas. Com isso:

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior.⁷⁰

Em 1823, foi instituído o Método Lancaster ou *ensino mútuo*, em que, após treinamento, um/a aluno/a ficaria incumbido de ensinar a um grupo de dez alunos/as – decúria –, diminuindo, portanto, a necessidade de um número maior de professores/as. A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”⁷¹. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.⁷²

O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas, não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando, assim, um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares. A dualidade do sistema educacional brasileiro conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite e herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico.⁷³ Surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, dentre elas: a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa e a Carlos Maximiliano, porém, foram

⁷⁰ PILETTI, 1997, p. 34.

⁷¹ BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁷² GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 83-84.

⁷³ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 47.

apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas, a base da educação continuava imutável.

O modelo educacional que privilegiava a educação da elite em detrimento da educação popular foi posto em questão na Primeira República. Mas, os ideais republicanos que pretensamente alimentavam os projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que, no cenário real, estava: de um lado, a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios. O sistema federativo de governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior – responsabilidade da União – em detrimento da expansão do ensino primário – que deve ser reservado aos Estados.⁷⁴

A descentralização que conferia maior poder aos Estados podia representar, no plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas. Mas, na realidade, representou o descaso e o abandono dos Estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da própria sorte. Isso se refletia no âmbito educacional e relegava principalmente os menos favorecidos a uma educação precária ou ao analfabetismo, já gritante no Brasil naquela época. Otaíza Romanelli afirma o seguinte:

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, 'sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império'.⁷⁵

No Estado de São Paulo, evidenciavam-se com ênfase, para injetar no campo educacional, recursos para fomentar a educação. Entretanto, a luta pela consciência seguia em descompasso no combate ao analfabetismo. A Liga de Defesa Nacional, em 1916, e a Liga Nacional do Brasil, com sede no Estado de São Paulo, oferecia a população menos desfavorecida um sentimento não-realizável para disputas insurgentes ao desenvolvimento e a emergência de uma burguesia, que outrora estava enraizada desde os primórdios do Brasil oligárquico.

A intenção, naquela época, era o crescimento eleitoral de quem detinha o poder, sendo que as pessoas analfabetas eram impedidas de participar do pleito eleitoral. Em detrimento de conflitos em relação aos não-alfabetizados, intensificaram-se sentimentos e prepotências das

⁷⁴ LESSA, 1999, p. 49.

⁷⁵ ROMANELLI, Otaíza O. *Formato*: acervo geral. Petrópolis: Vozes, 1978b. p. 34.

elites oligárquicas que estavam atreladas ao governo brasileiro. Alfabetizar era uma tarefa muito importante e salutar para o processo eleitoral brasileiro, que alavancava uma nova ordem econômica, naquele contexto político.

Todavia, as escolas da rede pública eram totalmente desorganizadas. Em algumas cidades, as famílias que detinham o poder econômico e seus filhos eram bem vistos e, por isso, tinham privilégios nesse contexto educacional. O país cultivava em seu interior pequenas escolas de âmbito rural, que funcionavam em total precariedade e os docentes não tinham habilitação e formação adequada para lecionar.

Na Revolução de 1930, surgiram diversas concepções que eferveceram discussões e pontos de vista para mudanças na educação brasileira. O Brasil acordava para uma nova realidade educacional, que seria a garantia do direito de todos/as na escola. O Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, originou o Ministério da Educação e suas Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, trazia-se o *slogan* de educação gratuita e laica, com os manifestos dos Pioneiros da Educação Nova nas metas para fazer o ensino público como almejava o Movimento Renovador. De acordo com Otaíza Romanelli:

O manifesto sugere em que deve consistir na ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.⁷⁶

Entretanto, segundo Claudino Piletti:

Projetos foram nascendo, em detrimento a questionamentos e dando importância a construção de uma Constituição, em 1934, objetivava organizar a educação brasileira inseria um novo capítulo que daria exclusividade a educação, pelo qual o Governo brasileiro criava atribuições que assumiria, nessa Carta Magna: A função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização.⁷⁷

Os diálogos e as manifestações que o movimento tinha conquistado naquele período foram construídos com grandes esforços, que seriam expressos na Constituição de 1934. Mas, tornaram-se fragilizados e suprimidos na Constituição do Estado Novo. Ghiraldelli Jr argumenta:

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente

⁷⁶ ROMANELLI, 1978b, p. 147-148.

⁷⁷ PILETTI, 1997, p. 34.

progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.⁷⁸

Dessa maneira, após o desenvolvimento dos conceitos necessários para a compreensão do tema proposta nesta pesquisa, segue-se para a elucidação da discussão sobre a liberdade religiosa, no intuito de compreender como a religião se expressa em locais de aprendizado. Posteriormente, o foco recairá sobre a Doutrina Espírita, para entender como essa concepção é acolhida pelos/as alunos/as e pela comunidade escolar.



⁷⁸ GHIRALDELLI JÚNIOR, 1994, p. 81.

3 RELAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO E A DOCTRINA ESPÍRITA

Neste capítulo, destaca-se a instituição de ensino, que representa o Estado Democrático de Direito e que tem como papel principal trabalhar a laicidade e o Estado laico. Com isso, essa instituição tem como função primordial que os/as alunos/as conheçam e compreendam melhor o sentido do fenômeno cultural religioso no âmbito escolar. Todavia, deve-se mostrar que cada instituição religiosa tem seus pontos positivos e seus pontos no contrassenso, que enfatizam a relevância peculiar de cada igreja e credo religioso, ou seja, a orientação religiosa se torna peculiar para cada discente. A Doutrina Espírita, com sua origem europeia, trouxe algumas manifestações específicas: a questão da reencarnação, da mesa redonda e a relação com outros espíritos *post-mortem*. Ela tem os traços como: a reencarnação e evolução dos espíritos para retornar neste mundo mais completos e evoluídos.

Por conceito de consenso se refere a concordância geral, enquanto o contrassenso discorda o que se afirma nas concepções que são mais divulgadas. Nesse contexto, a função do consenso e do contrassenso representa um embate de ideias, mas de forma que se respeite a convicção religiosa de cada discente, considerando seu processo de ensino-aprendizagem, visando destacar os propósitos didáticos que permeiam a questão do Estado laico, da diversidade cultural-religiosa e da pluralidade religiosa. Assim, percebe-se que, em alguns momentos, as instituições religiosas tradicionais estariam sendo privilegiadas, não abrindo espaço para outras doutrinas que também poderiam contribuir com a diversidade-religiosa na luta pela liberdade de escolha espiritual de pessoa.⁷⁹

Esse processo histórico se confunde com a colonização do Brasil por pertencer ao colonizador, Portugal, que trouxe, com violência e imposição, sua cultura religiosa baseada no catolicismo romano. A vinda da corte portuguesa ao Brasil trouxe a bandeira do catolicismo romano, através da companhia de Jesus, conhecidos como Jesuitas, e uma personagem importante dessa companhia jesuítica foi o Padre José de Anchieta, que, mesmo sendo de origem espanhola, fazia parte da corte portuguesa com a intenção de *catequizar* os indígenas na terra de Santa Cruz, atualmente conhecido como Brasil.⁸⁰ Naquele momento, os nativos – indígenas – teriam sido vítimas de um etnocídio causado pelos portugueses, ou seja, de uma ação que reprimia sua cultura e o ser indígena em prol da cultura dominante portuguesa.⁸¹ Isso

⁷⁹ ABRÃO, Fernando J. M. Pensamento bioético romano e reformado: existe diferença? *Revista Teologia para a vida*, São Paulo, v. 1, p. 151-161, 2005. p. 151-161.

⁸⁰ CARVALHO, Leandro. Colonização do Brasil. In: BRASIL ESCOLA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

⁸¹ ALMEIDA, Ronaldo. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As religiões no Brasil: continuidade e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 57.

teria ocorrido por meio da força e da influência coercitiva, acarretando a essa comunidade tradicional o desrespeito e a perda de elos culturais significantes. Um dos instrumentos utilizados para garantir a adoção catolicista se chamava Tribunal da Santa Inquisição, o qual tinha função de *frear os/as* divergentes em relação à doutrina católica romana. Esse método de influência foi uma prática vigente entre 1536 a 1591, sendo utilizado na Europa contra os/as opositores/as da doutrina católica romana.

Por outro lado, as manifestações indígenas, próprias desse povo, já faziam parte da cultura-religiosa muito antes da chegada dos europeus católicos no Brasil, pois, estima-se que havia mais de cinco milhões de índios/as, que, com o passar do tempo, foram sendo dizimados/as cultural e fisicamente. A razão para esse fenômeno teria sido pela força portuguesa em suas tentativas de implementar uma cultura-religiosa hegemônica, trazida do continente europeu em detrimento de outras quaisquer existentes no território brasileiro, suprimindo-as, fossem elas de origem indígena ou africana.⁸²

Nesse contexto, a história mostra as suas controvérsias em relação às diferenças cultural-religiosas, percebendo um prelúdio do que hoje se identifica como *intolerância religiosa*, presente desde os séculos passados, pela Igreja que dominava o mundo europeu, até então, por uma imposição tradicional que feria outros povos. Assim, seguindo o ramo histórico, tal concepção se tornou fragilizada através do tempo com o marco de novas culturas e religiões em emersão, progredindo para um cenário mais plural em respeito.⁸³ Todavia, a mesma cultura anteriormente imposta ainda se mostra extremamente influente, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, o que pode ser interpretado como o resultado de toda influência anteriormente conquistada. Desse modo, é preciso compreender todo o cenário cultural e religioso em que as outras matrizes de crença estão inseridas e como elas são recebidas pela sociedade em geral.

Nesse cenário cultural-religioso, as manifestações de outras doutrinas e de entidades religiosas, que foram ganhando espaço devido ao choque de concepções no passado,⁸⁴ mostraram-se extremamente importantes no cenário nacional, pois elas demonstram a força e o surgimento de diversos outros meios de pensar e viver nesse âmbito. Em matéria de religião, novos ideais religiosos começam a florescer e oportunizar pessoas em âmbitos diferenciados. O Estado laico, portanto, deve perceber a importância dessa diversidade religiosa e a pluralidade como um

⁸² ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 16-27, 2004. p. 16-27.

⁸³ ALMEIDA, Ronaldo; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001. p. 94.

⁸⁴ ALMEIDA, Ronaldo; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 13.

avanço no campo religioso para que as pessoas possam encontrar respostas e acolhimento, que, até então, tornava-se distante da realidade humana por conta da influência de igrejas hegemônicas e impositoras.

Em conjuntura, a instituição escolar representa algo inestimável na divulgação do conhecimento e no processo de ensino-aprendizagem, principalmente na esfera religiosa tão subjetiva e particular.⁸⁵ Salienta-se, além disso, que produzir um estudo voltado para pesquisa de campo com foco na sala de aula e seu dia a dia encontra vários empecilhos, em virtude do contexto pandêmico que o mundo está inserido na atualidade que acarretou a paralisação em tempo indefinido das aulas presenciais. A pandemia da Covid-19 trouxe entraves para a realização desta dissertação, que passou por adaptações para que houvesse sucesso em concebê-la. Deve-se reconhecer que através da união do pesquisador, da instituição escolar em análise – Escola Estadual Sebastiana Lenir – bem como dos/as discentes e de seus responsáveis, dispostos/as a realizar essa tarefa árdua, chegou-se aos resultados que serão apresentados neste capítulo.

Essa contribuição, de modo geral, tornou-se salutar para o levantamento de dados e mensurar as opiniões diversas no que tange à questão da Doutrina Espírita na escola em tela. Destarte, foi possível obter conceitos concretos a respeito dessa doutrina, que foi trazida da França para compor as diversas manifestações religiosas que chegaram no Brasil e, por fim, no Amapá.⁸⁶ No mais, retoma-se a afirmação de que a Carta Magna garante a liberdade de credo e a pluralidade religiosa, não absoluta, mas, de forma que cada entidade religiosa possa se expressar de maneira legal, sem ser tolhida ou censurada. Em contrapartida, a intolerância vem assolando a sociedade brasileira com ataques severos contra a liberdade constitucional.

De modo frequente, em um contexto geral, acontecem disparates e manifestações contrárias com quem professa algum tipo de entidade que não agrada a outrem, sendo o disparate atacado por aquele quem desgostou e não podendo ter sua liberdade de expressão que outrora se tinha garantia.⁸⁷ Percebe-se, dessa forma, uma intromissão na liberdade particular da pessoa, tentando coagi-la com falta de respeito em relação as suas liberdades individuais. Isso ocorre, pois, há uma ausência de informação e de conhecimento, o que leva, muitas vezes, certos/as cidadãos/ãs a perseguir e a violentar a liberdade religiosa de outros/as comunitários/as, ambos respaldados legislativamente para professar suas religiões nesse território.

⁸⁵ BRAGA, Kátia S. *Bioética: bibliografia brasileira 1990-2002*. Brasília: Letras Livres, 2002. p. 6.

⁸⁶ BURNS, Bárbara. Missões brasileiras: o gigante começa a despertar. In: TUCKER, Ruth A. *Até os confins da terra: uma história biográfica das missões cristãs*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1996. p. 57-63.

⁸⁷ DREHER, Martin N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 20.

Portanto, torna-se relevante que o poder público direcione e garanta a liberdade religiosa, bem como a pluralidade-cultural-religiosa no Brasil, de tal forma, que cada crença, credo, entidade religiosa e outros particulares tenham a segurança e a garantia de manifestação, sem que sejam tolhidos/as por comungar aspectos diferenciados do que se vê no tradicional contexto religioso. Assim, o Estado laico estará contribuindo para que cada entidade de cunho religioso tenha sua liberdade de culto efetivada no território nacional, como anteriormente estipulado. Além disso, ressalta-se que a instituição de ensino representa parte do Estado laico e, por isso, deve destacar a importância do respeito a tolerância em âmbito educacional, de maneira a conscientizar que o culto e sua manifestação não devem ser sufocados por outros cultos e/ou manifestações de caráter religioso.⁸⁸

3.1 O estigma causado pelo preconceito contra a Doutrina Espírita

Nesta seção, apresenta-se o estigma e o preconceito contra a Doutrina Espírita, investigando acerca da forma como essa questão se desenvolve na Escola Estadual Sebastiana Lenir. *A priori*, entende-se que esse processo excludente é oriundo de um processo histórico-cultural-religioso instalado no Brasil desde a chegada dos padres jesuítas, que teriam sido os primeiros educadores religiosos devido ao processo hegemônico de colonização trazido da Europa para o Brasil.

Nessa conjuntura, esses educadores trouxeram uma educação voltada de acordo com os princípios e a doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana,⁸⁹ o que não permitia o florescer de outras categorias religiosas no território brasileiro. Através da catequese católica e da preocupação em divulgar o conhecimento espiritual citado – pois, na Europa, ela estava perdendo espaço no campo religioso devido aos conflitos de concepções de opositores que contestavam as ideais da Igreja, tais como, em relação à salvação e às indulgências –, os exploradores, ao perceberem um potencial de novos/as fiéis e seguidores/as, teriam transformado o Brasil em sua tábua de salvação do catolicismo romano, induzindo os/as habitantes e as pessoas escravizadas a adotarem esses ideais culturais- religiosos.

Com a inovação envolvendo a Ciência, a Filosofia e a doutrina religiosa,⁹⁰ a Doutrina Espírita se fortalecia com diversos conceitos para a sociedade, cuja novidade se refletiu nas

⁸⁸ COMBLIN, José. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005. p. 23-25.

⁸⁹ GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França.* São Paulo: Attar, 2002. p. 43.

⁹⁰ França, século XIX, surgimento da doutrina diferente do que se via nas instituições tradicionais: o *espiritismo*, que se tornava cada vez disseminado. Saiba mais em: HOCHMAN, Gilberto. *Regulando os efeitos da*

instituições de ensino, de modo geral e específico. Desse modo, o avanço do espiritismo teria provocado inquietações, começando a ser explorado e disseminado acerca de seus ensinamentos, através de livros didáticos e pedagógicos, que abordavam um bem transcendental e espiritual da alma humana. O espiritismo, logo, estaria voltado para dar concretude na fé e para aqueles e aquelas que acreditassem na manifestação de seus desejos e da possibilidade de serem melhores como pessoa.

A Doutrina Espírita pretende ensinar a perdoar os/as inimigos/as, sem aquele olhar de preconceito em relação à raça, à casta, à seitas, à cor, à opinião política ou à religião.⁹¹ Através de uma palavra, pode-se nascer um gesto de caridade, de fraternidade e de deveres sociais em relação ao/à próximo/a. à luz de uma passagem do evangelho bíblico, segundo o espiritismo, o ser humano é benevolente para com todos/as, sem qualquer distinção das raças, das crenças, por isso, todas as pessoas deveriam perceber a importância da religiosidade. A Doutrina Espírita aborda que o mais absoluto respeito se deve ter com a diversidade humana, assim, o espiritismo assume um compromisso de cooperação com as pessoas com segmentos da caridade de um sentido amplo, isso porque o próprio Jesus, modelo espiritual, não tinha estigmas de preconceito, de espécie, de cor, de etnia, de sexo, de credo, de questões sociais e de moralidade.

A palavra estigma se origina no latim, *stigma*, que, em sua essência, transmite uma cicatriz, uma ferida, uma marca ou até mesmo faz referência às chagas de Jesus, quando foi pregado na cruz, em seus pés e suas mãos e uma coroa de espinhos.⁹² Então, o modo como ele teria sido crucificado se tornou um elo entre as religiões e as doutrinas religiosas, trazendo um sentido espiritual e atribuindo valor para vida humana. Diversas teorias enaltecem as marcas e os fenômenos, por exemplo, a hipnose e até mesmo o sonambulismo, que têm uma base científica em algumas explicações para os acontecimentos que adquirem teor sobrenatural. Alguns teóricos sugerem questões como da parapsicologia, que estuda os paranormais e os sentidos humanos da percepção extra-sensorial, como a telepatia e outros.

De maneira mais profunda, tem-se relatos excepcionais de mediúnicos sob agressão de um obsessor. Um claro exemplo se mostra em relação a uma jovem que era maltratada com tanta violência por esse espírito. A Doutrina Espírita, nesse contexto, apresenta questionamentos híbridos sob o estigma da religião, com dois vieses: o físico e o espiritual-

interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil, 1910 –1930). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993. p. 48-49.

⁹¹ GOUVEA, Ricardo. Ética e cidadania: a busca humana por valores solidários. In: DE LIBERAL, Márcia M. C. (org.). *Um olhar sobre ética e cidadania*. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 77.

⁹² LATOURETTE, Keneth S. *Historia del cristianismo*. Buenos Ayres: Casa Bautista de Publicações, 1976. p. 96.

transcendental, que vai muito além da inteligência humana. A própria Igreja Católica Apostólica Romana apresenta esses fenômenos sobrenaturais e místicos com os milagres atribuídos aos/às santos/as, tal como quando Jesus teria sido perfurado com uma lança e teria saído sangue e água dele, ou seja, um grande evento transcendental aos olhos humanos.⁹³ Os próprios fatos históricos que aconteceram com a chegada dos europeus, sendo os portugueses e os espanhóis que trouxeram a Igreja Católica Apostólica Romana, que seria o símbolo da fé da salvação para o povo nativo – indígenas –, no Brasil, relatam sobre a história sagrada e a história do profano. Nessa vertente, o profano representa as manifestações religiosas indígenas praticadas por esse povo que cultuavam diversos deuses, e o sagrado seria a fé católica romana e o culto a um só deus dividido em três divindades: Pai, Filho e Espírito Santo, e também o culto à Virgem Maria como forma de mostrar as coisas sagradas da igreja para esse povo nativo. Isso seria rerealizado através de seus precursores, os jesuítas, cuja missão era de educar o povo brasileiro, mas com uma leitura e escrita sem criticidade para que as pessoas não pudessem ter uma compreensão mais profunda e despertar de certos abusos e das violências que sofriam.⁹⁴ Por outro lado, é importante lembrar que já existiam outras culturas religiosas indígenas e suas manifestações foram sendo suprimidas pelas concepções hegemônicas católicas romanas.

Vale ressaltar, ainda, o contexto dos/as negros/as – atualmente afrodescendentes –, que também tiveram seus cultos suprimidos e, de forma mais grave, foram tidos como demoníacos e ilegais. Essas pessoas eram vistas assim pela Igreja Católica Apostólica Romana, que utilizava o Tribunal da Santa Inquisição para cercear qualquer tipo de afronta contra as suas ideias.⁹⁵ Essas pessoas, que professavam ou cultuavam outras religiões, eram tidas como hereges que não aceitavam as imposições do catolicismo romano. Assim, em hipótese alguma, outro tipo de manifestação que viesse atacar ou se diferenciar dos dogmas do catolicismo romano teria o aceite da Igreja Católica Apostólica Romana. Nota-se, nesse sentido, que o sagrado trazido por essa igreja e suas manifestações europeias, que suprimiam quaisquer outros conceitos, se tornou uma ideia enraizada na cultura nacional, diminuindo as culturas dos/as indígenas e dos afrodescendentes. O espiritismo, mesmo de origem europeia, mas devido suas manifestações diversas como acreditar na reencarnação e nos espíritos evoluídos, entrava em choque com as

⁹³ São fenômenos sobrenaturais que ocorre no cotidiano, mas que através da fé, e da crença de cada pessoa que crer é que pode perceber e sentir essa mudança sobre humana.

⁹⁴ JECKER, Nancy S.; JONSEN, Albert R.; PEARLMAN, Robert A. *Bioethics: an introduction to the history, methods, and practice*. 2. ed. Massachusetts: Jones & Bartlett Publishers, 1997. p. 169.

⁹⁵ LATOURETTE, Keneth S. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz M.; MARTINO, Luís M. S. (orgs.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 66.

ideias e com as concepções das doutrinas tradicionais, que seria o caso da Igreja Católica Apostólica Romana e as outras ramificações religiosas que derivaram dessa instituição.

O estigma e o preconceito religioso em detrimento da Doutrina Espírita ocorrem pela sua diferenciação em lidar com os aspectos religiosos e respostas as pessoas, já que outras igrejas, crenças e/ou credos nascem de uma raiz parecida, e o espiritismo surge com concepções que não aceitam essa realidade espiritual. A Doutrina Espírita chegou ao Brasil, disseminando um conhecimento em relação aos ensinamentos de Allan Kardec, sobretudo em sua obra *O livro dos espíritos*. Após a chegada dessa doutrina no Brasil, alguns exemplares desse livro iam adentrando o espaço brasileiro. Assim, os pequenos grupos espíritas no território nacional ganhavam corpo e formação pela nova doutrina trazida da Europa. Um dos pioneiros no Brasil foi Bezerra de Menezes, que se converteria a essa nova experiência espiritual, acreditando no ápice de sua fé cristã. A chegada do espiritismo às terras amapaenses se deu com Luiz Gonzaga, que ajudou a fundar a União Espírita Amapaense, em 24 de fevereiro de 1960. Todavia, esse novo acontecimento espiritual trouxe uma experiência diferente. A Doutrina Espírita chegou ao território amapaense atraindo diversas pessoas interessadas em conhecer essa manifestação religiosa que tem como berço a Europa. O avanço dessa doutrina tem a ver com a conquista de espaços com fenômenos impactantes no campo da espiritualidade-transcendental.

O Brasil foi construído através de um processo histórico de imigração cultural-religiosa, tanto espiritual quanto física,⁹⁶ que, de acordo com a Doutrina Espírita, trouxe consigo espíritos com diferentes graus de evolução, diferenciando-se em uma bagagem cultural e intelectual, incluindo espíritos evoluídos para trabalhar melhor nesse mundo terreno. Desse modo, o Brasil se tornou um importante campo espiritual por acolher o espiritismo e seus segmentos que foram traçados por sua origem e desenvolvimento como entidade religiosa, devido o enfraquecimento das outras igrejas e por mostrarem doutrinas semelhantes e frequentes no discurso religioso. Dessa forma, a Doutrina Espírita pode, através de sua prática e dos trabalhos espirituais, buscar respostas para aquelas pessoas que não tiveram uma chance para corrigir seus equívocos.

Há diversos debates de cunho filosófico-religioso no campo, como o relacionado acima, pois, a doutrina dos espíritos tem mostrado um caminho que deve ser percorrido para alcançar o progresso do povo brasileiro e auxiliar no crescimento moral das pessoas. Por conseguinte, talvez, seja necessário que outros espíritos cheguem ao Brasil,⁹⁷ para transmitir um aprendizado e para contribuir na evolução da sociedade brasileira em nível individual e nacional, já que a

⁹⁶ OLIVEIRA, Marco D. *A religião mais negra do Brasil*. São Paulo: Mundo Cristão, 2004. p. 27-35.

⁹⁷ PIERUCCI, Antônio F. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004. p. 27.

cultura brasileira se formou através da miscigenação da união de manifestações indígenas, africanas e europeias, que formou essa entidade do povo brasileiro. Percebe-se, portanto, um elo de migração de espíritos vindos de vários cantos do globo terrestre, que, na Doutrina Espírita, são espíritos encarnados que estão buscando sua evolução no campo espiritual e terreno.

O estigma citado sobre o espiritismo é retratado da forma que, devido as concepções doutrinarias e a maneira como se procede os eventos e fenômenos naturais e sobrenaturais, que foram deixadas como herança do seu precursor Allan Kardec, é que as outras doutrinas conhecidas como tradicionais são mais aceitas do que a Doutrina Espírita por sua diversidade de fenômenos religiosos e a maneira como são conduzidas as reuniões nos centros e nas casas espíritas. Todavia, Allan Kardec escreveu o evangelho segundo o espiritismo, norteando as ideias espíritas para que as pessoas pudessem perceber a diferença nos encontros e nos rituais que hoje fazem parte da Doutrina Espírita. Com isso, cria-se um estigma de preconceito em relação ao espiritismo e suas manifestações culturais religiosas deixadas por Allan Kardec.

3.2 O processo de ensino-aprendizagem religioso de acordo com a BNCC

Nesta seção, apresenta-se o processo de ensino-aprendizagem e os ditames da BNCC, considerando-a como um documento importante que objetiva nortear os currículos e regulamentar o sistema educacional nas suas modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, englobando as diversas esferas da União, dos Estados- membros, dos Municípios e do Distrito Federal, abrangendo, ainda, as entidades educacionais privadas.⁹⁸ A BNCC preconiza um ensino da religião que respeita e compreende a pluralidade religiosa no território brasileiro, privilegiando a primazia pela igualdade e pela promoção da dignidade humana nesse contexto educacional-religioso.

Percebe-se um grande esforço advindo do poder público e da classe de profissionais da educação para construir um conhecimento salutar e relevante para a sociedade em âmbito escolar. Tal esforço aproxima uma realidade um pouco distante do que se conhece sobre a religião e suas contribuições acerca da existência dos seres humanos, em especial quando se estabelece em uma instituição de ensino que tem o papel fundamental de formar pessoas com opiniões, virtudes e criticidade em vários âmbitos de sua vida para proporcionarem uma sociedade igualitária e respeitosa. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5, e incisos VI,

⁹⁸ AGUIAR, Márcia A. S. Política educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão. *Revista Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 18, n. 13, p. 722-738, 2018. p. 727.

VII e VIII, menciona sobre a convicção religiosa e o Estado laico, garantindo por lei essa liberdade de expressão do credo religioso.⁹⁹

Já no que se refere a LDB, em seu artigo 33, em conjunto com a BNCC, há uma pauta de questões e princípios éticos, ideológicos e colaborativos para que sejam mensurados em um diálogo aberto sobre diversos temas envolvendo a questão religiosa, sendo eles tratados em vários preceitos, respeitando a opinião e a diversidade religiosa instalada no Brasil. Essa conjuntura entre a Constituição Federal, a LDB e a BNCC constituem um campo fértil para o florescer de questões inusitadas e debatidas ao longo da história educacional no Brasil, que foram deixadas de lado por questões políticas partidárias que afetaram os princípios religiosos construídos ao longo de uma história de vida.¹⁰⁰

Com isso, nota-se a importância desse assunto que se faz presente desde os primórdios, pois, na atualidade, é perceptível a discussão e o diálogo em busca de entendimentos acerca da subjetividade religiosa, principalmente no campo educacional.¹⁰¹ Todavia, tratar desse tema não é uma tarefa fácil, porque envolve questões de ética, de moral, de religiosidade e de conceitos sociais. Por conseguinte, o fenômeno religioso no Brasil se torna importante através de documentos oficiais datados com a Carta Magna, a Lei da Educação Nacional e a Base Nacional para um direcionamento mais positivo em relação ao conceito de religião laica em instituições de ensino. A legislação brasileira, com grande esforço, conquistou de forma segura a integralização do Ensino Religioso como base curricular para contribuir na formação do/a cidadão/ã que está inserido/a em vários setores da sociedade.

Logo, a BNCC norteia caminhos para o reconhecimento do estudo de Ensino Religioso em âmbito escolar, dando suporte para que as instituições de ensino possam se adequar a realidade cultural do país.¹⁰² Trata-se de uma realidade de uma multi miscigenação e de um multiculturalismo trazido e encontrado em solo brasileiro por diversos grupos, tais como: indígenas, afrodescendentes e europeus com suas raízes e costumes. O processo educativo busca uma integração do cidadão-aluno no contexto da escola para prepará-lo e capacitá-lo com ferramentas que poderão desenvolver seu potencial e mostrar sua importância nesse espaço, através de uma ótica diferente voltada para o acolhimento do fenômeno religioso que faz parte da vida cultural de todas as pessoas.

⁹⁹ BRASIL, 1988, [n.p.].

¹⁰⁰ FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009. p. 54-59.

¹⁰¹ JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Ciência da religião aplicada ao Ensino Religioso. In: PASSOS, João D.;USARSKI, Frank. (orgs.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 603-614.

¹⁰² JUNQUEIRA, Sérgio R. A. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 332.

A BNCC orienta que podem ser feitos projetos pedagógicos, objetivando inserir o conhecimento religioso de forma que possibilite desenvolver diversas perspectivas aos/às discentes, oportunidades de debates e, num processo de autoconhecimento, exercitar questionamentos sobre a multiplicidade das discussões para tornear e criar expectativas positivas no campo religioso em solo escolar, sem que possa ferir alguma convicção religiosa ou credo, prezando todas as pessoas em sentido de igualdade e respeitando suas diferenças religiosas. Torna-se importante, nesse contexto, mencionar o papel do/a docente que irá ministrar as aulas de Ensino Religioso, que pode animar os/as alunos/as e romper os paradigmas de preconceitos, criando, ao mesmo tempo, uma diversidade religiosa para que cada entidade, igreja ou doutrina tenha seu destaque e relevância no contexto escolar.¹⁰³

Assim, o/a professor/a poderá utilizar ferramentas que sejam sensíveis aos olhos da cultura-religiosa e que a instituição de ensino tenha o compromisso com a manifestação cultural-religiosa e sua importância no espaço escolar, garantindo, através da legislação, a liberdade de credo e doutrinas sem entraves legais. O processo educativo deve ter como foco uma dinâmica voltada para a liberdade educacional pelo viés da pluralidade religiosa que investigue suas inquietações.¹⁰⁴ Dessa forma, a BNCC tem como parâmetro nortear e direcionar o melhor caminho quando se trata de religião, em sentido amplo ou restrito, como costuma ocorrer em uma instituição de ensino.

É primordial que as instituições de ensino sigam as orientações da BNCC, na perspectiva de que não entrem em contradição de ideias ou de concepções, e sim que possam direcionar, de acordo com esse instrumento que veio para minimizar as diferenças de opiniões e suas divergências, sobretudo, na questão do sincretismo cultural-religioso que foi instalado através da colonização nas terras amapaenses, quando ainda era um espaço em contestação e sem uma definição legal na época do Brasil colônia e suas expansões territoriais.¹⁰⁵ O viés deve estar centrado na educação religiosa e nas suas inquietações dentro do âmbito escolar para que os/as alunos/as possam opinar, debater e questionar as origens religiosas sem sofrer qualquer tipo de entrave ou de preconceito religioso, especialmente, por professarem algum credo que não seja tão expressivo quanto aqueles considerados tradicionais.

O estudo da disciplina de Ensino Religioso se tornou salutar para o contexto educacional, devido uma necessidade de apresentar para a comunidade escolar a importância e

¹⁰³ JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; NASCIMENTO, Sérgio L. Concepções do Ensino Religioso. *Revista Numen*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 783-810, 2013. p. 787.

¹⁰⁴ MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014. p. 1544.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Ricardo. *Ensino Religioso: cultura e inclusão*. [s.l.]: Espaço Pedagógico, 2020. p. 67.

a praticidade da instituição que não toma partido e/ou levanta a bandeira de uma igreja ou instituição religiosa. Até porque, o território nacional se tornou um Estado laico na época da Constituição da República. Desse modo, o Ensino Religioso deve ser trabalhado de acordo com as matrizes focadas na BNCC, de forma que o espaço escolar promova uma compreensão sobre a pluralidade religiosa, enfatizando o respeito em relação às coisas sagradas, ao divino e ao contexto cultural-religioso de cada entidade religiosa. Com isso, o fenômeno religioso tem sua manifestação sadia e compreensiva pelos/as discentes que estão despertando para uma realidade escolar-religiosa, de maneira laica e diversa.¹⁰⁶ Todavia, o conhecimento religioso deve ser transparente e perceptível, além de vinculado a cultura da comunidade para dar sentido as dimensões que são trazidas historicamente a vida do ser humano.

É nessa perspectiva que se coloca a questão do Ensino Religioso, como também o reconhecimento de que a religião é um fenômeno universal e multiforme. Não há lugar nem cultura que não tenha suas expressões religiosas. A BNCC, ao reconhecer essa realidade: relativiza as experiências que se propunham absolutas e universais; reconhece a alteridade e a potencialidade de cada cultura, evitando a dominação e a imposição; reconhece que a dimensão religiosa é tão importante quanto a dimensão biológica, psicológica e social. Essa atitude impõe resistência à ideia de fragmentação do ser humano, entendendo-o como corpo e espírito na sua integridade. Diante dessa realidade, o Ensino Religioso, como aponta a BNCC, visa oferecer referenciais que contribuam efetivamente na construção do ser integral, despertando crianças, adolescentes e jovens para que na vivência cotidiana aprendam a atuar na sociedade e exercer a cidadania com uma consciência e uma prática de vida voltada para a construção de uma cultura de paz.¹⁰⁷

O reconhecimento da BNCC de que a dimensão religiosa é parte integrante da história da humanidade é um avanço muito importante para criar relações saudáveis. A BNCC, ao destacar que as práticas religiosas têm suas razões de existir e que elas nascem a partir das perguntas que o ser humano faz para se situar dentro do contexto histórico, abre caminhos para o diálogo e o crescimento coletivo. As religiões, em geral, procuram dar sentido ao presente, explicar a origem de todas as coisas e direcionar a vida futura do ser humano.¹⁰⁸ Mesmo tendo como ponto de partida essas questões, a base essencial das religiões é dar sentido à existência

¹⁰⁶ PACHECO, José. *Reconfigurar a escola: transformar a educação*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 32-67.

¹⁰⁷ SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 73.

¹⁰⁸ JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *Revista Rever*, São Paulo, a. 15, n. 2, p. 10-25, 2015. p. 86.

humana no presente. Por isso, o estudo desse componente contribui na construção da realidade e no direcionamento em nível individual e coletivo.

Como aponta a BNCC, verifica-se na história e nos contextos atuais a existência de diversas concepções religiosas sejam elas monoteístas, politeístas, fundamentadas em mitos, revelações proféticas, escrituras sagradas ou nas tradições orais. Isso também pode ser notado em religiões com expressões otimistas e outras pessimistas em relação à vida humana. Há o nascimento de religiões, bem como o desenvolvimento de umas e morte de outras. Há, ainda, o contato entre as religiões num dinamismo de substituição, de modificação, de transformação, de continuidade, de aceitação e de desprezo de uma em relação à outra. Mas, é importante considerar que só é possível captar a experiência do outro dentro das próprias possibilidades e limites.¹⁰⁹ Isto é, as pessoas são condicionadas pela visão que possuem e pelos instrumentais que utilizam para ver e analisar as outras pessoas. É preciso também observar e considerar que quem fala de sua experiência e quer tomar uma distância metodológica precisam estar conscientes de que não há neutralidade absoluta.

Com base na compreensão do ser humano, é possível observar que a religião é originalmente o apelo ou o acontecimento do divino, do sagrado, de deus ao ser humano e a resposta do ser humano a esse apelo. Assim, a religião é uma grandeza viva resultante do jogo entre apelo e resposta. Como aponta a BNCC, o acontecimento do *sagrado* na sua manifestação finita não pode ser separado do ser humano ao qual ele se revela.¹¹⁰ Essa unidade bilateral pode ser considerada um diálogo, no qual os dois lados se encontram sem conhecer de antemão o resultado. Trata-se de um diálogo misterioso entre a *imanência* e a *transcendência*. O ser religioso entende que o *sagrado* fala da sua parte em modos e símbolos variáveis e o humano, por sua parte, responde de muitas maneiras. Sem essa interação entre ambos não se dá o fenômeno chamado religião.

É preciso também considerar que sem o processo de normatização a experiência desaparece com os seus protagonistas. Só sobreviverá se ela se estruturar, isto é, se institucionalizar. Por outro lado, corre-se o risco de negar a experiência fundante por criar estruturas que nada ou pouco têm a ver com a tradição originária. Além das dimensões biológica, psicológica e social, o ser humano é um ser aberto à transcendência como aponta a BNCC, ao fundamentar o Ensino Religioso como uma área importante nos processos escolares. Transcendência seria a capacidade e o desejo que o ser humano tem de ir além dos limites, ou

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica; GOMES, A. C. *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 312-322.

¹¹⁰ GHIRALDELLI JÚNIOR, 1994, p. 72.

de sair do estado atual em busca de algo novo.¹¹¹ Assim, não é possível que os processos educativos, e dentre eles a escola, como afirma a BNCC, desconsiderem essa dimensão, pois, é preciso criar condições para que os/as alunos/as desenvolvam e aprimorem a sua abertura à transcendência.

Reconhecer a dimensão transcendental do ser humano é considerá-lo na sua totalidade e complexidade. Nesse processo, o Ensino Religioso, segundo a BNCC, tem uma grande contribuição a dar no sentido de auxiliar os/as alunos/as a enfrentarem as questões que estão no cerne da vida, despertando e desenvolvendo a religiosidade presente em cada um/a, e auxiliando-os/as na descoberta de critérios éticos de discernimento crítico frente à própria experiência, para assumirem uma atitude dialógica e de reverência no processo de aproximação e de relação com as diferentes expressões religiosa. Ao considerar que as religiões são uma construção humana e produzida historicamente, é possível perceber que elas estão permeadas pelas características e pela visão de cada contexto e sociedade. Sendo assim, como afirma a BNCC, as religiões procuram situar o ser humano e oferecer uma orientação que permita a cada um dar sentido às múltiplas interações da vida a partir de valores, normas, regras e princípios.¹¹²

A atribuição de sentido à existência, por meio da religião, manifesta-se socialmente dentro da diversidade e originalidade de cada contexto. Dada a complexidade das manifestações religiosas, nem sempre é fácil compreender as razões do fascínio de seus adeptos. São muitas as tentativas de explicar a transformação de fábricas, teatros, cinemas, garagens, galpões, restaurantes, casas e praças em espaços sagrados.¹¹³ Constata-se que um dos aspectos relevantes para a intensificação das manifestações religiosas tem a ver com o desencanto da vida que, com pouco ou nenhum encanto, resulta, muitas vezes, em exclusão social que se traduz por desemprego, falta de moradia, de saúde, de educação, de terra e de lazer. Essas contradições revelam, para muitos, que viver significa negar, fugir, resistir ou transformar a realidade.

Quanto mais complexo e fora de controle se apresentar o cotidiano da vida, tanto mais parece indispensável uma força maior que auxilie na superação dos problemas. Como as religiões surgem do déficit de vida, isto é, da impotência humana diante de muitos desafios que a vida apresenta, podem, em muitas circunstâncias, pela frágil identidade individual, levar os adeptos ao fanatismo ou ao sectarismo ao julgarem-se *donos* da verdade, entendendo estar

¹¹¹ MARTON-LEFÈVRE, Júlia. *Educação para a paz e direitos humanos*. Brasília: Presidência da República, 2008. p. 23-49.

¹¹² ILVA, José C. O currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 56-65, 2018. p. 58.

¹¹³ GUIMARÃES, Marcelo R. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005. p. 90.

cumprindo a vontade de uma divindade.¹¹⁴ Esse caminho é perigoso e aí vale o alerta de Dalai-Lama quando uma vez perguntado sobre qual era a melhor religião, ele respondeu: “a melhor religião é aquela que nos faz melhores, mais amorosos, mais abertos aos outros”. Por isso, o desafio que se apresenta aos movimentos religiosos, e especialmente à escola, como aponta a BNCC, é o de desencadear um processo de diálogo em todos os momentos e direções, procurando resgatar a integridade planetária.

Segundo a BNCC, o estudo do conhecimento religioso deve partir da realidade do/a aluno/a e da escola, em que se constata profundas transformações que atingem diferentes aspectos da organização da vida. As mudanças tanto nacionais como mundiais se dão num processo muito acelerado, o que deixa o ser humano perplexo.¹¹⁵ Os movimentos religiosos não estão alheios a esse dinamismo e buscam responder, a sua maneira, as questões centrais que atingem a vida dos seus adeptos. O desafio é que, em grande parte, as questões, quando não identificadas com profundidade, podem falsear o que efetivamente é essencial para todos/as.

Daí a importância do Ensino Religioso, como aponta a BNCC, que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os/as alunos/as devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. As religiões podem desempenhar diferentes funções no mesmo contexto, seja para fortalecer a autonomia ou a dependência dos seus adeptos. Se os seres humanos em toda a história produziram religiões e continuam produzindo com muita intensidade na atualidade, é porque eles têm uma razão de ser e acabam sendo extremamente úteis para a organização e direcionamento da vida. Daí que os processos educativos escolares precisam ajudar os/as alunos/as a compreenderem a dinâmica da vida individual e social.

3.3 A opinião dos/as alunos/as do 9º ano sobre a inexpressividade da Doutrina Espírita na escola

Sebastiana Lenir de Almeida

Nesta seção, a análise recai sobre os questionários utilizados como técnica para a coletar os dados e discutir o levantamento das respostas e os questionamentos dos/as alunos/as da escola em tela. Esse processo se tornou possível com a participação de uma professora que auxiliou o autor da pesquisa e que direcionou o convite para os/as alunos/as que participaram desse trabalho em relação a expressividade da Doutrina Espírita no âmbito escolar. A pesquisa

¹¹⁴ MARTON-LEFÈVRE, 2008, p. 92.

¹¹⁵ CUNHA, Luiz A. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 890-907, 2018. p. 895.

foi realizada através de uma pesquisa de campo, cujo o tema é: *Laicidade do Estado e pluralidade religiosa no espaço escolar: a expressividade da Doutrina Espírita no 9º ano da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida*, executada na modalidade *online*, devido ao contexto pandêmico da época, sendo datado no dia 25 de agosto de 2021.

Considerando que os/as discentes ainda estão na menoridade, compreende-se que eles/as não poderiam se responsabilizar. Por isso, foi solicitado a permissão dos/as responsáveis legais, através de documentos, pedindo a autorização e a participação deles/as, mantendo sempre o sigilo das identidades e as respostas que serão conhecidas somente no trabalho de mestrado conectado com a Faculdade Unida de Vitória, no Espírito Santo. Assim, deve-se manter a fonte de pesquisa em seus moldes originais nas respostas desses/as alunos/as para uma análise e compreensão ao tema proposto que será relatado.

As perguntas foram elaboradas no formato aberto para responderem aos questionamentos, de acordo com o tema acima citado, tendo o viés a Doutrina Espírita e sua notoriedade no contexto escolar. Percebe-se que os/as entrevistados/as, de acordo com as perguntas, não têm conhecimento sobre a Doutrina Espírita como entidade religiosa e sua manifestação na instituição de ensino, além disso, há um desconhecimento em relação a essa doutrina. Os/as discentes, em geral, são cristãos/ãs, mesmo não praticando ou atuando em contexto religioso, por tradição de família ou por incentivo dos/as responsáveis legais. Ou seja, muitas vezes, eles/as frequentam alguma igreja ou espaço religioso.¹¹⁶

A escolha da técnica de pesquisa é, na verdade, a escolha não da única, e sim da principal técnica a ser utilizada, pois, sempre mais de uma técnica será necessária no transcurso do trabalho a ser desenvolvido. O questionário, segundo Antonio Gil, pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”¹¹⁷. Assim, nas questões de cunho empírico, o questionário se mostra uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade.

Antes de expor as técnicas de confecção das perguntas, faz-se citação de um trecho em que Eva Lakatos e Marina Marconi destacam que, junto com o questionário, deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o

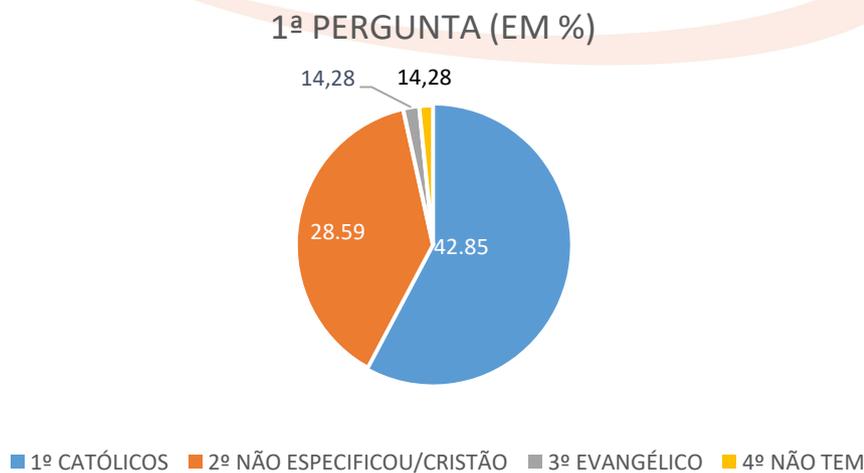
¹¹⁶ LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 33.

¹¹⁷ GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 76.

questionário dentro de um prazo razoável.¹¹⁸ A Carta Magna garante a todos e a todas em território nacional o princípio laico e a laicidade do Estado brasileiro. Todavia, as instituições de ensino devem garantir essa diversidade e pluralidade religiosa, mas, ninguém deveria ferir ou denegrir o credo, a crença e a convicção religiosa, já que o Estado Maior estabelece essa garantia constitucional em seu texto.

Além disso, tratando da pesquisa de campo em formato de perguntas fechadas e abertas, direcionando os/as autores/as para fundamentar esse trabalho científico, enfatiza-se esse trabalho para dar suporte na pesquisa sobre a Doutrina Espírita, a qual, *in loco*, na escola, tendo como objeto principal os/as alunos/as e suas inquietações referentes à expressividade do espiritismo nessa instituição de ensino. Nesse sentido, como anteriormente citado, a análise de dados foi feita através de um questionário com dez perguntas para sete alunos/as. A primeira pergunta se refere a religião que os/as participantes professam, sendo: 42,85% católicos; 28,59% não especificados, pois, consideram-se somente cristãos; 14,28% evangélicos; e outros 14,28% não possuem uma religião. Percebe-se, pois, uma hegemonia da religião católica e de origem cristã, sem a presença de outras minoritárias, tais como: indígenas, de matriz africana ou a própria Doutrina Espírita:

Gráfico 1. Religião que os participantes professam¹¹⁹



De acordo com os Censos realizados entre 2000 e 2010, o número de espíritas no Brasil cresceu 65%, passando de 2,3 milhões – algo em torno de 1,3% da população brasileira para 3,8 milhões –, ou melhor, cerca de 2% da população do país. Mas, se o número de fiéis é de 3,8 milhões, o de simpatizantes, segundo a Federação Espírita Brasileira (FEB), pode chegar a 30

¹¹⁸ LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 100.

¹¹⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

milhões.¹²⁰ Para Célia Arribas, “muitos não se assumem como espíritas porque são católicos ou porque não enxergam o espiritismo como religião”. Essa constatação é consoante com Alphonse Dupront, que relata acerca de um sentindo próprio da crise do cristianismo no Brasil,¹²¹ inserindo em um movimento “de uma destradicionalização, que se identificaria menos com a simples quebra da tradição e mais com a reflexividade e consequente perda de alinhamento automático com a tradição”¹²². A instituição de ensino Sebastiana Lenir de Almeida está localizada em uma região que tem alguns centros e casas espíritas. Mas a pesquisa se tornou importante por uma inquietação de uma professora que leciona a disciplina Ensino Religioso e para saber se os/as alunos/as tinham conhecimento do espiritismo.

Mesmo assim, nota-se uma hegemonia catolicista perante as outras religiões, como será demonstrado durante a análise de dados nesta pesquisa. O Brasil é o maior país católico do mundo, mesmo com o processo de perda de fiéis que vem sofrendo nas últimas duas décadas, constando 123 milhões de católicos em território nacional, que, segundo o último censo do IBGE, representam 64,6% da população.¹²³ Em contrapartida, a Doutrina Espírita, mesmo tendo crescido tanto, continua a ser uma confissão minoritária no país. Em relação ao número de adeptos, ela está atrás dos católicos, com 64%, e dos evangélicos, com 22%. “São a maioria da minoria”, define Reginaldo Prandi. “A Doutrina Espírita não está preocupada em fazer proselitismo ou converter ninguém. Está interessada apenas em fazer o bem e praticar a caridade”¹²⁴. Essa ratificação caminha em encontro aos dados tabulados, demonstrando que, apesar de um aumento significativo e posse de uma certa estatura no cenário brasileiro, a Doutrina Espírita ainda caminha silenciosamente para uma posição mais privilegiada, com conceitos inovadores e uma dinâmica religiosa que de carta forma atrai as pessoas e suscitam admiração quando se fala no livro dos espíritos, na mesa redonda na reencarnação, ou seja, são fenômenos diferentes de outras doutrinas religiosas.

Na segunda pergunta: para você, o Brasil é um país de fato laico? Sobre a opinião dos/as alunos/as acerca da laicidade do país, ou seja, se na concepção deles/as a laicidade era algo visível na sociedade. Cerca de 57,15% dos/as alunos/as responderam de modo positivo e outros

¹²⁰ STEIL, Carlos A.; TONIOL, Rodrigo F. O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 223-243, 2013. p. 228.

¹²¹ DUPRONT, Alphonse. *Puissances et Latences de la Religion Catholique*. Paris: Éditions Gallimard, 1993. p. 63.

¹²² VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, Ari P.; STEIL, Carlos. (orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 43-62.

¹²³ JORNAL NACIONAL. Brasil ainda é o maior país católico do mundo, mesmo com redução de fiéis. In: G1 [Site institucional]. 20 jul. 2013. [online]. [n.p.].

¹²⁴ BERNARDO, André. Como Allan Kardec popularizou o espiritismo no Brasil, o maior país católico do mundo. BBC NEWS [Site institucional]. 01 abr. 2019. [online]. [n.p.].

42,85% responderam negativamente sobre a efetivação da laicidade no país. Em âmbito constitucional, o Brasil é um país laico de acordo com o artigo 5º, inciso VI, da Carta Magna vigente,¹²⁵ que se refere ao direito da religião. Além disso, é viável citar que o Brasil se tornou laico através do Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, de autoria de Ruy Barbosa.¹²⁶ Todavia, sobre sua efetivação, é preocupante notar que há uma sensação de que essa laicidade não existe por parte dos/as entrevistados/as, totalizando um pouco menos da metade dos/as selecionados/as que expressam essa opinião. De acordo com o Observatório da Laicidade na Educação (OLE), “o Brasil é um Estado laico no discurso, mas não na prática”¹²⁷, o que salienta e concorda com a desconfiança dos/as discentes sobre o usufruir dessa prática. Em contrapartida, por parte de outra metade dos/as entrevistados/as, que ultrapassa em pouco os negativos, há uma crença que, de fato, sim, o Brasil discursa e professa o Estado Laico pressuposto em âmbito federal. Logo, entende-se uma divisão acirrada entre a validade e a não validade da laicidade no Estado brasileiro. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 2. Percepção pessoal da laicidade na sociedade¹²⁸



Nessa conjuntura, a terceira pergunta pede uma justificativa para a segunda questão. Isto é, para os/as alunos/as que responderam em concordância da existência prática da laicidade, recorrendo a justificativas sobre separação por lei entre a Igreja e o Estado, como mensurado na Carta Magna sobre a individualidade de cada cidadão e cidadã e a própria perda de poderio católico romano, o que deixaria em aberto a possibilidade de outras religiões se desenvolverem.

¹²⁵ BRASIL, 1998, [n.p].

¹²⁶ RACHEL, Andrea R. Brasil: a laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da Republica Federativa de 1988. In: ÂMBITO JURÍDICO [Site institucional]. 08 abr. 2012. [online]. [n.p].

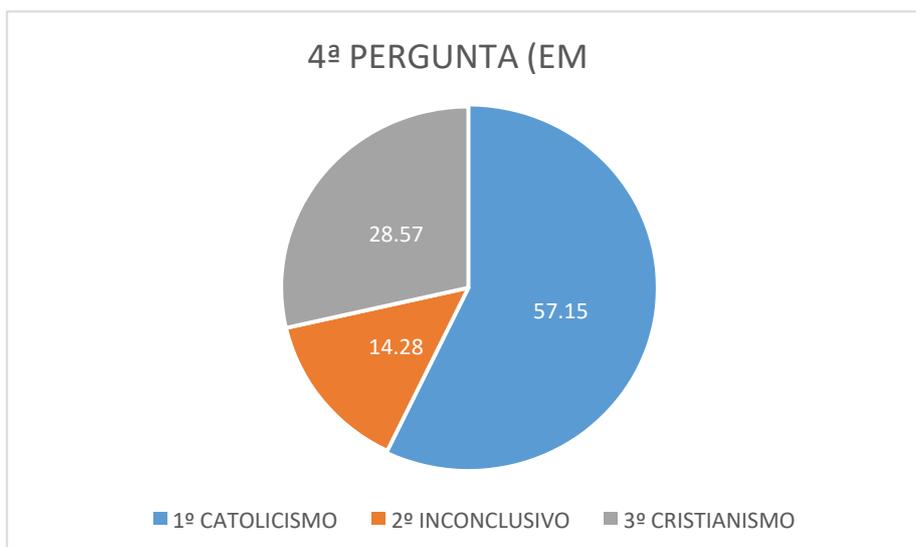
¹²⁷ MENDONÇA, Amanda. ‘O Brasil é um Estado laico no discurso, mas não na prática’. [Entrevista concedida a] André Antunes e Maíra Mathias. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, [n.p], 28 set. 2017. [online]. [n.p].

¹²⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Sobre as respostas negativas, as justificativas abordaram que mesmo pressuposto por lei, há uma indução, por pessoas com poderio político – provenientes da religião católica romana –, para determinadas ações sociais em prol desse indivíduo. Outra/a respondente afirma que há um desrespeito ou intolerância no cerne religioso, no qual as “as pessoas só fazer julgar” a religião alheia, ou, por último, recorrendo até mesmo aos ideais de que há uma dominação de uma religião em detrimento de outras.

Por outro lado, a quarta pergunta é a seguinte: na sua opinião qual a religião seria a mais popular? Ela questiona sobre qual religião, na opinião do/a discente, seria mais hegemônica “antigamente o mundo era comandado pelo catolicismo, hoje vemos outras religiões que estão ganhando seu espaço, não tem religião específica, pois, cada indivíduo escolhe o que crê”. Essa pergunta ajudou saber se eles têm entendimento sob a temática religiosa e se acompanham as estatísticas e percentuais das igrejas, que vêm ganhando maior espaço no campo religioso em relação na cultura-religiosa brasileira. Os dados foram os seguintes: 57,15% apontaram para a religião católica; 28,57% abordaram sobre o Cristianismo de maneira geral; e 14,28% responderam de maneira inconclusiva. Nessa perspectiva, retoma-se a quantitativa de que há 123 milhões de católicos em território nacional, que, segundo o último censo do IBGE, representam 64,6% da população,¹²⁹ constatação que é perceptível para os/as discentes da instituição pesquisada, demonstrando que, apesar de uma certa perda de fiéis, a Igreja Católica Apostólica Romana ainda demonstra certo poderio em detrimento de outras religiões, com um percentual favorecedor no cenário brasileiro.

Gráfico 3. Qual religião é mais hegemônica na opinião do/a participante¹³⁰

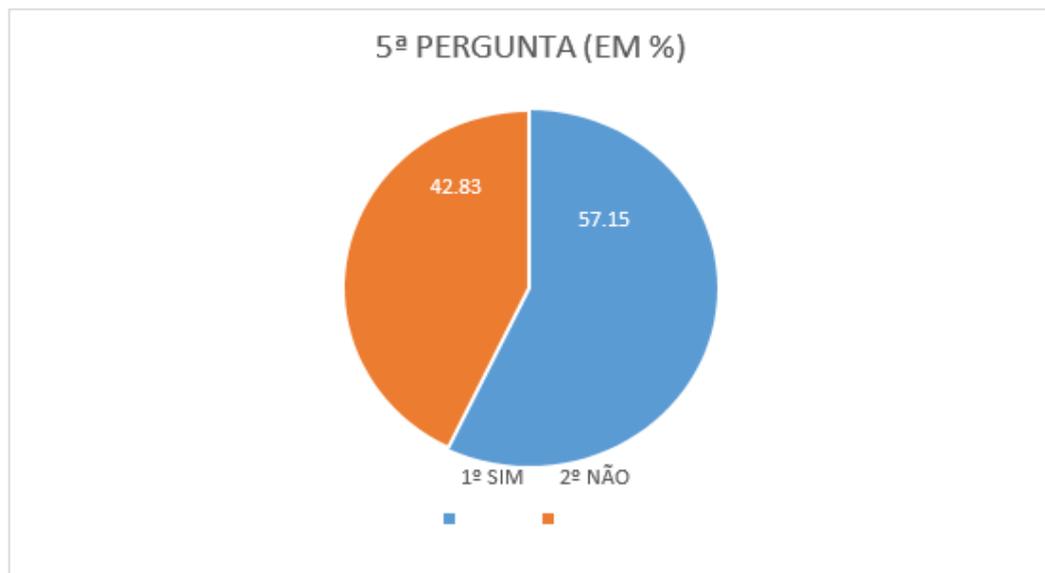


¹²⁹ JORNAL NACIONAL, 2013, [n.p.].

¹³⁰ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Em outro viés, a quinta pergunta questiona se há um conhecimento do/a discente, mesmo que prévio, da Doutrina Espírita. Nessa questão, 57,15% responderam sim e outros 42,83% afirmaram que não. O espiritismo reúne quase 4 milhões de pessoas no Brasil.¹³¹ Nenhum outro grupo religioso cresceu tanto no mesmo período. Todavia, ainda com esse crescimento acelerado, percebeu-se por meio das respostas certo desconhecimento popular acerca dos princípios básicos dessa doutrina, embora mais da metade dos/as discentes tenham afirmado um conhecimento prévio. Isso demonstra que, apesar de aumentar seu número de divulgadores/as, a popularidade de saberes sobre esse culto ainda traz timidez em sua performance pública.

Gráfico 4. Nível de conhecimento do/a discente em relação à Doutrina Espírita¹³²



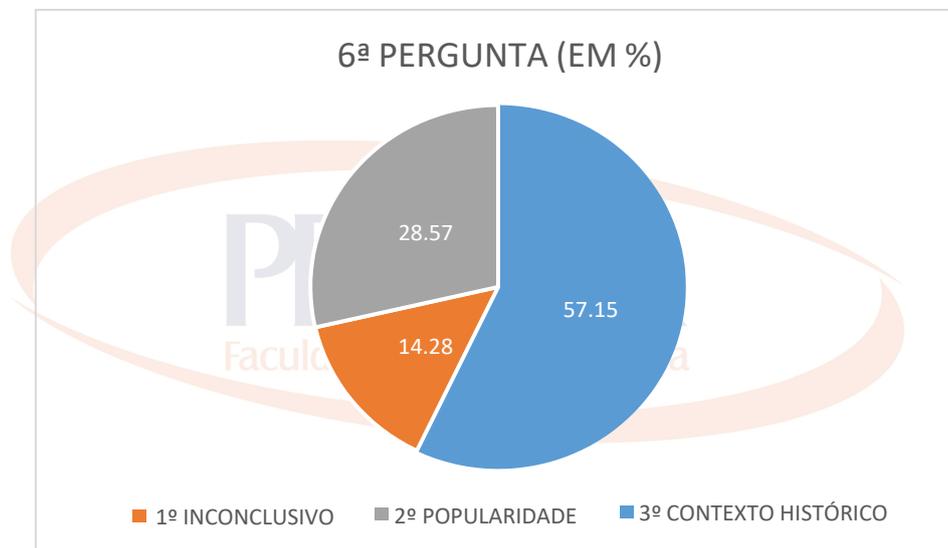
A sexta pergunta questiona os/as alunos/as sobre a hegemonia de feriados religiosos de cunho católico no calendário oficial de um país considerado laico. Os/as alunos/as reforçaram a popularidade da religião católica e a existência de um autoritarismo religioso no contexto católico e histórico, ocorrida desde uma dominação inicial do povo pelo credo em questão, onde 57,15% dos/as alunos/as relacionaram ao contexto histórico do catolicismo, 28,57% falaram sobre sua popularidade no Brasil, e 14,28% não conseguiu expressar sua opinião sobre a pergunta.

¹³¹ FRANÇA, Nathan F. Espiritismo kardecista: apontamentos sobre a religião que mais cresce no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, a. 6, v. 1, p. 155-172, 2021. p. 163.

¹³² Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Nesse sentido, Gilberto Garcia denuncia que o Estado é laico e “não possui religião oficial, e mesmo o cristianismo sendo a expressão de fé da maioria da população de nosso país, é uma afronta à liberdade religiosa a obrigatoriedade legal de obedecer a estes dias de recesso forçado para diversos grupos religiosos”¹³³. Além disso, o autor relata que o feriado religioso “obriga a todos os cidadãos, independentemente de sua crença, a respeitá-lo, em função de ser oficial, o que afronta o princípio da separação Igreja-Estado contido na Constituição Federal. Mas os cidadãos não estão obrigados a respeitá-los”¹³⁴, o que põe em risco a questão laica e demonstra um quadro que desrespeita, de certa forma, os pressupostos legislativos da Carta Magna.

Gráfico 5. Opinião dos alunos referente as manifestações e origem católicas



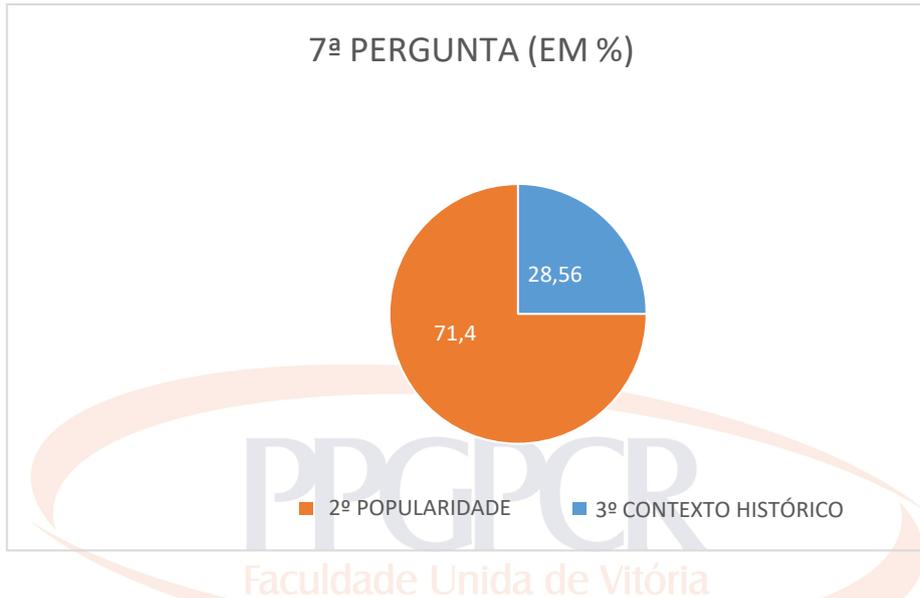
A sétima questão indaga sobre os feriados no Estado do Amapá, constatando que eles são, em sua maioria, de origem católica romana e questionando aos/às alunos/as sobre o possível motivo dessa hegemonia. 71,4% falaram sobre a popularidade do catolicismo e 28,56% sobre o contexto histórico. As respostas variaram entre: a existência uma maioria católica na comunidade amapaense – o que resultaria na maioria de feriados religiosos dessa crença –, bem como a existência de aspectos próprios da cultura amapaense, como um contexto histórico e hegemonia dessa no cenário amapaense, até em questões sentimentais, sobre “uma sensação, afeto ou apreço” que essa religião causa no seu seguidor. Apesar disso, novamente, se vê em prática o que foi denunciado na sexta questão sobre a obrigatoriedade de *seguir* os feriados de

¹³³ GARCIA, Gilberto. Ninguém é obrigado a respeitar feriado religioso. *In*: CONJUR [Site institucional]. 13 dez. 2006. [online]. [n.p.].

¹³⁴ GARCIA, 2006, [n.p.].

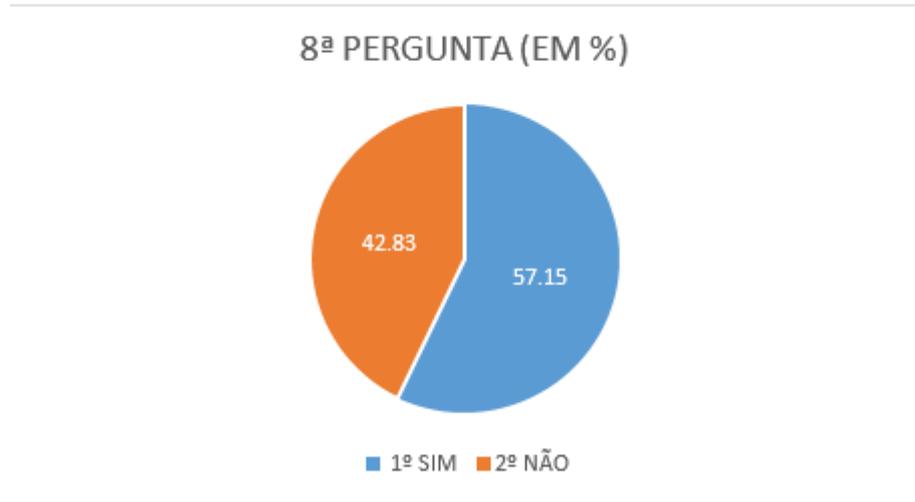
outras religiões. Segundo os dados obtidos pelo IBGE no Censo brasileiro de 2010: 64% dos amapaenses são católicos romanos; 28% são evangélicos – protestantes; e 6% não professam nenhuma religião. Os demais credos somados totalizam 2% da população.¹³⁵ Nota-se, novamente, certo privilégio católico em detrimento de determinadas religiões, em especial da Doutrina Espírita, que demonstra poucos adeptos nesse Estado.

Gráfico 6. Opinião dos alunos sobre os feriados religiosos



A oitava questão se refere ao conhecimento de algum feriado espírita que o/a discente teria conhecimento. Dos/as alunos/as, 42,83% afirmaram desconhecer e outros 57,15% afirmaram conhecer “umbanda”, “sim, temos o feriado de *corpus christi* que ocorre aleatório”, “o dia nacional do espiritismo 18 de abril”, “sim dias dos finados”, porém, as respostas obtidas não se referiam a quaisquer feriados espíritas, causando confusão nas respostas dos/as discentes, verificando-se um real desconhecimento deles/as sobre os possíveis feriados de cunho espírita.

¹³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: religiões e igrejas no estado Amapá – católicos e evangélicos*. 2010. [online]. [n.p.].

Gráfico 7. Conhecimento acerca de algum feriado espírita por parte do/a discente¹³⁶

A nona pergunta questiona se, na opinião do/a discente, a instituição de ensino orienta para uma determinada religião. 85,71% dos/as alunos/as negaram e outros 14,28% afirmaram a proposição, em virtude que foi realizada a pesquisa para se conhecer a percepção dos/as alunos/as nessa instituição de ensino em relação ao espiritismo. Em setembro de 2017, o STF decidiu que o Ensino Religioso nas escolas públicas pode ter natureza confessional.¹³⁷ Após a decisão, passou a ser permitido que as escolas públicas ensinassem religião dentro do horário regular de aulas. Cada escola tem também o direito de contratar representantes de religiões para ministrar as aulas. Vale lembrar que a decisão não se aplica às escolas particulares, que ficam livres para seguir seus próprios critérios.

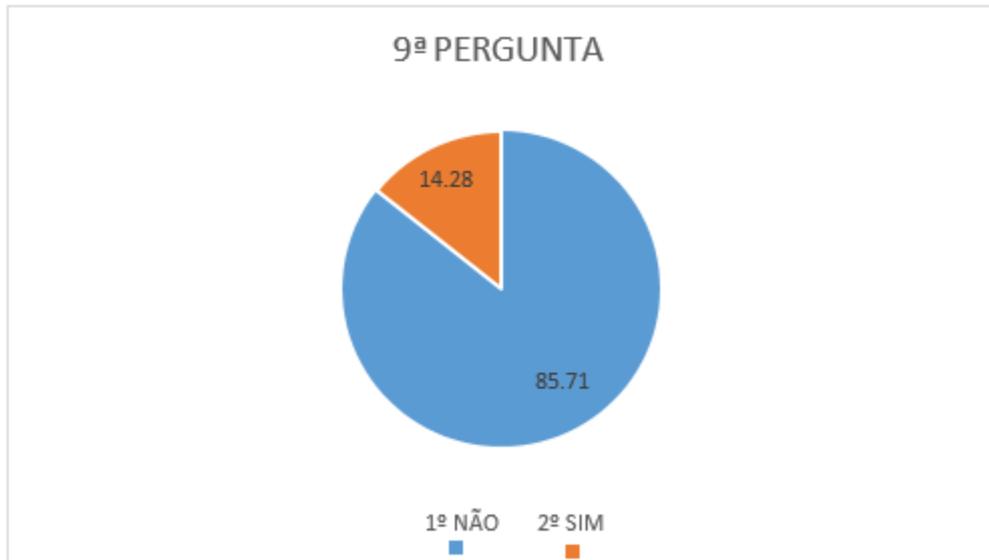
O modelo confessional se refere à escola vinculada ou pertencente às igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. Já no modelo não confessional, a proposta é abordar as religiões a partir de outras perspectivas, inserindo-as em disciplinas pré-existentes, como História e Filosofia. No modelo não confessional, não é enfocada uma única orientação religiosa, e sim múltiplas. Para os/as defensores/as dessa metodologia de ensino, o modelo não confessional acolhe a religião de cada um sem contribuir para o preconceito, acolhendo inclusive a porcentagem de estudantes que não reivindicam nenhuma religião, os chamados ateus ou agnósticos.¹³⁸

¹³⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

¹³⁷ PENZANI, Renata. Religião na escola: o que espiritualidade tem a ver com educação? *In*: LUNETAS [Site institucional]. 17 set. 2018. [online]. [n.p.].

¹³⁸ PENZANI, 2018, [n.p.].

Gráfico 8. O/a discente nota algum tipo de influência da instituição de ensino em relação a uma determinada religião¹³⁹



Por fim, a décima pergunta questiona sobre a expressividade de alunos/as que possuem religiões diferenciadas, isto é, se esses/as cidadãos/ãs são respeitados/as no espaço escolar. Nessa perspectiva, 57,15% afirmaram a existência do respeito em âmbito escolar, mas, em contrapartida, 42,83% negaram. As justificativas em relação às afirmações relataram que não é direito de qualquer pessoa – ou espaço escolar – julgar a religião do/a outro/a, acreditando na individualidade e prezando pelo respeito a cada um/a. Em relação às respostas negativas, não foram apresentadas justificativas. Nota-se que, apesar de haver certo desconhecimento ou até mesmo desconfiança, por partes dos/as alunos/as, de uma possível laicidade estatal, ainda assim há a propagação do respeito e da tolerância para com as religiões menos favorecidas. Observa-se, por fim, a importância de uma abordagem, através de uma pesquisa de campo, em uma análise comparativa do fenômeno religioso, que se faz presente na cultura e no cotidiano das pessoas. As pessoas, de modo geral, buscam respostas considerando o sobrenatural e a subjetividade. Por isso, deve-se respeitar a individualidade de cada pessoa no sentido religioso e a instituição de ensino tem um papel salutar nessa massificação religiosa, de forma laica, que se apresenta no contexto brasileiro.

Outrossim, percebe-se que os/as alunos/as entrevistados/as, em suas diferentes respostas, não têm conhecimento da Doutrina Espírita e nem de sua relevância no contexto cultural religioso brasileiro, e nem no território amapaense. Assim, a instituição de ensino deveria conscientizar que qualquer instituição religiosa tem seu espaço para divulgar suas ideias

¹³⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

e concepções, já que o Brasil se tornou um país laico no período republicano, sendo que sua formação territorial se compõe do povo nativo, dos afrodescendentes e da colonização europeia formando multiculturalismo religioso.



CONCLUSÃO

A pesquisa buscou refletir sobre a pluralidade religiosa em âmbito escolar. Para isso, buscou a percepção dos estudantes do 9º ano sobre a Doutrina Espírita, considerando a forte presença de instituições religiosas dessa natureza na região de Macapá-AP. A literatura utilizada para compor a bibliografia da pesquisa se concentrou na análise de teses, dissertações e artigos relacionados ao tema tratado, bem como a legislação: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além desses documentos, diversos autores e autoras consagrados/as foram elencados na composição bibliográfica da pesquisa.

A pergunta-problema que se buscou responder foi a seguinte: a Doutrina Espírita, nesse recinto escolar, tem a liberdade de se expressar? Na lógica do Estado laico, toda entidade religiosa deveria ser expressada como interesse público, desde as minorias até as que estão em destaque. No cenário brasileiro, sabe-se que, por diversos séculos, a Igreja Católica Apostólica Romana dominou esse espaço religioso, porém, com o advento de diversas igrejas, entidades religiosas e doutrinas religiosas – como a do Kardecismo, com crescente adesão no território nacional –, a instituição escolar tomou o dever de abrir espaço para qualquer manifestação cultural-religiosa, como parte do Estado laico brasileiro.

Foi possível postular a hipótese da pesquisa na seguinte afirmação: ao conhecer a pluralidade religiosa, os/as discentes, em seu término do Fundamental II, descobrem a laicidade no espaço escolar e exercem de maneira efetiva os seus direitos, respeitando uns aos outros. A confirmação dessa proposição se deu a partir da análise das respostas dos/as alunos/as, que foram selecionados/as para responder um questionário sobre o estudo da Doutrina Espírita na escola. Logo, no que concerne à metodologia, utilizou-se a técnica da documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e documental. Para dar suporte à metodologia bibliográfica, foram utilizados livros, artigos e questionários com perguntas pertinentes ao tema, envolvendo os sujeitos da pesquisa – alunos/as da escola citada. Utilizou-se ainda a técnica da documentação direta, através da observação direta e sistemática da realidade, utilizando entrevistas, questionários, testes, etc., em especial, para fundamentar o terceiro capítulo, aplicou-se o questionário para adquirir dados sobre as vivências e conceitos dos/as alunos/as acerca do Kardecismo e suas vertentes, relacionando os tabulados com as bibliografias coletadas.

Portanto, procurou-se compreender as pertinências que envolvem a Doutrina Espírita na escola, determinando na pesquisa a expressividade que a religião demonstra no contexto

religioso-escolar, além de propiciar o entendimento dos/as discentes sobre a pluralidade religiosa, que foi apresentada como uma proposta pela escola em debate.

Foi possível também notar que a religião possui presença na vida dos/as alunos/as entrevistados/as, principalmente em sua maturidade escolar, e a escola tem o papel de conscientizar a laicidade presente na sala de aula, de acordo com a Constituição Federal de 1988. A laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas o arreligioso na esfera pública. É a separação entre fé – que se mostrou no domínio privado – e instituição – igreja enquanto instituição de domínio público.

Além desses aspectos, o texto fez uma referência sobre a Constituição Francesa, citando o que é a laicidade, que não é a mesma coisa que laicismo. O Estado brasileiro viveu diversos momentos em seu contexto sob Estado e Religião, entretanto, com o advento da Constituição de 1891, o território nacional sofreu uma cisão entre Estado e religião, ou seja, o corpo brasileiro passou a não mais ser representado pelo poder religioso e, com isso, nasceu a laicidade no Brasil. Dessa maneira, o poder religioso católico romano foi se enfraquecendo diante dessa separação entre Estado e religião, o que pode ser entendido, em certo sentido, como o início de um avanço de outras convicções religiosas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Carlos A. *Vozes do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.
- ABRÃO, Fernando J. M. Pensamento bioético romano e reformado: existe diferença? *Revista Teologia para a vida*, São Paulo, v. 1, p. 151-161, 2005.
- AGUIAR, Márcia A. S. Política educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão. *Revista Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 18, n. 13, p. 722-738, 2018.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALMEIDA, Ronaldo. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As religiões no Brasil: continuidade e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 47-62.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 16-27, 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALMEIDA, Ronaldo; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.
- ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Loyola, 1999.
- AMORIM, Deolindo. *Análises espíritas*. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.
- ARANHA, Maria L. A. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BARBOSA, Pedro F. *Espiritismo básico*. 5. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2002.
- BELLO, Luiz P. História da educação no Brasil. In: PEDAGOGIA EM FOCO [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- BERNARDO, André. Como Allan Kardec popularizou o espiritismo no Brasil, o maior país católico do mundo. BBC NEWS [Site institucional]. 01 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47751865>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BRAGA, Ismael G. *O livro de Tobias: introdução, notas, estudos e comentários à luz do espiritismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.
- BRAGA, Kátia S. *Bioética: bibliografia brasileira 1990-2002*. Brasília: Letras Livres, 2002.
- BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BURNS, Bárbara. Missões brasileiras: o gigante começa a despertar. In: TUCKER, Ruth A. *Até os confins da terra: uma história biográfica das missões cristãs*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1996. p. 57-63.

CARVALHO, José J. Um espaço público encantado: pluralidade religiosa e modernidade no Brasil. *Revista Série Antropologia*, Brasília, v. 249, p. 1-22, 1999.

CARVALHO, Leandro. Colonização do Brasil. In: BRASIL ESCOLA [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CASANOVA, José. O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n. 131, p. 303-332, 2007.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

CAVALCANTI, Alberes S. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas públicas. *Revista Fundamento*, Ouro Preto, v. 1, n. 3, p. 172-186, 2011.

CHIBENI, Silvio S. *O paradigma espírita*. São Paulo: [s.n.], 1994.

COMBLIN, José. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005.

COSTA, André L. *Da sociedade espírita de São Paulo em seu livro: o cotidiano do espiritismo*. São Paulo: Cristã, 1986.

COSTA, Camila. Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas. In: BBC NEWS [Site institucional]. 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41404574>. Acesso em: 20 jan. 2021.

COSTA, Emilia V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

CROOKES, William. *Fatos espíritas*. 10. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.

CULTURA MIX. *Surgimento da religião*. [s.d.]. Disponível em: <https://religiao.culturamix.com/curiosidades/surgimento-da-religiao/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CUNHA, Luiz A. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 890-907, 2018.

DEBRAY, Régis. *Deus, um itinerário: material para a história do eterno no Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DOYLE, Arthur C. *História do Espiritismo*. São Paulo: Pensamento, 1960.

- DREHER, Martin N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- DUPRONT, Alphonse. *Puissances et Latences de la Religion Catholique*. Paris: Éditions Gallimard, 1993.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: 34, 2005.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Campinas: Papirus, 1997.
- FISCHMANN, Roseli. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé*. São Paulo: Factash, 2012.
- FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.
- FRANÇA, Nathan F. Espiritismo kardecista: apontamentos sobre a religião que mais cresce no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, a. 6, v. 1, p. 155-172, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 10-32, 2012.
- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GARCIA, Gilberto. Ninguém é obrigado a respeitar feriado religioso. In: CONJUR [Site institucional]. 13 dez. 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-dez-13/ninguem_obrigado_respeitar_feriado_religioso. Acesso em: 25 abr. 2022.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar, 2002.
- GOUVEA, Ricardo. Ética e cidadania: a busca humana por valores solidários. In: DE LIBERAL, Márcia M. C. (org.). *Um olhar sobre ética e cidadania*. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 71-87.
- GRUEN, Wolfgang. Aspectos legais do ensino religioso na escola. *Revista de Catequese*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 80-87, 1979.
- GUIMARÃES, Marcelo R. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil, 1910 –1930). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ILVA, José C. O currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 56-65, 2018.

INCONTRI, Dora. *Para entender Allan Kardec*. São Paulo: Lachatre, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: religiões e igrejas no estado Amapá – católicos e evangélicos*. 2010. Disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/ap/religiao_ap.html. Acesso em: 20 abr. 2022.

ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade*. São Paulo: Madras, 2009.

JECKER, Nancy S.; JONSEN, Albert R.; PEARLMAN, Robert A. *Bioethics: an introduction to the history, methods, and practice*. 2. ed. Massachusetts: Jones & Bartlett Publishers, 1997.

JOLIVET, Régis. *Diccionario de Filosofia*. Buenos Aires: Club de Lectores, 1954.

JORNAL NACIONAL. Brasil ainda é o maior país católico do mundo, mesmo com redução de fiéis. *In: G1 [Site institucional]*. 20 jul. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2705946/#:~:text=Jornal%20Nacional%20Brasil%20segue%20sendo%20o%20pa%C3%ADs%20mais,que%20mais%20tem%20cat%C3%B3licos%20em%20todo%20o%20mundo>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Ciência da religião aplicada ao Ensino Religioso. *In: PASSOS, João D.; USARSKI, Frank. (orgs.). Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 603-614.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *Revista Rever*, São Paulo, a. 15, n. 2, p. 10-25, 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; NASCIMENTO, Sérgio L. Concepções do Ensino Religioso. *Revista Numen*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 783-810, 2013.

KARDEC, Allan. *Livro dos espíritos: princípios da doutrina espírita. Sobre a Imortalidade da Alma*. Rio de Janeiro: FEB, 1848.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1996.

LATOURETTE, Keneth S. *Historia del cristianismo*. Buenos Ayres: Casa Bautista de Publicações, 1976.

LATOURETTE, Keneth S. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz M.; MARTINO, Luís M. S. (orgs.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 55-71.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, André C. F. A teoria dos princípios de Robert Alexy. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, a. 19, n. 4078, p. 19-32, 2022.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MANARIM, Adriana. O que são e para que servem as Diretrizes Curriculares? In: TODOS PELA EDUCAÇÃO [Site institucional]. 08 jan. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MARTON-LEFÈVRE, Júlia. *Educação para a paz e direitos humanos*. Brasília: Presidência da República, 2008.

MATTOS, Carlos L. *Vocabulo filosófico*. São Paulo: Leia, 1957.

MENDONÇA, Amanda. 'O Brasil é um Estado laico no discurso, mas não na prática'. [Entrevista concedida a] André Antunes e Maíra Mathias. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, [n.p], 28 set. 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-brasil-e-um-estado-laico-no-discurso-mas-nao-na-pratica>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1993.

MOSES, William S. *Ensinos espiritualistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1989.

OKA, Mateus. Aristocracia. In: TODO ESTUDO [Site institucional]. [s.d.]. [online]. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/aristocracia>. Acesso em: 06 jul. 2022.

OKARIRI. *STF decide polêmica sobre como ensinar religião nas escolas*. 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.okariri.com/ultimas-noticias/stf-decide-polemica-sobre-como-ensinar-religiao-nas-escolas/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica; GOMES, A. C. *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Marco D. *A religião mais negra do Brasil*. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo. *Ensino Religioso: cultura e inclusão*. [s.l.]: Espaço Pedagógico, 2020.

PACHECO, José. *Reconfigurar a escola: transformar a educação*. São Paulo: Cortez, 2018.

PENZANI, Renata. Religião na escola: o que espiritualidade tem a ver com educação? *In*: LUNETAS [Site institucional]. 17 set. 2018. Disponível em: <https://lunetas.com.br/religiao-na-escola/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PIERUCCI, Antônio F. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PRADO, L. A. Laicidade, sim: Laicismo, não. *Revista Cultura e Fé*, Porto Alegre, a. XIX, n. 73, p. 39-44, 1996.

RACHEL, Andrea R. Brasil: a laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da Republica Federativa de 1988. *In*: ÂMBITO JURÍDICO [Site institucional]. 08 abr. 2012. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RBN. *Qual a importância de estudarmos o espiritismo?* 09 mai. 2019. Disponível em: https://arquivorbn.radioboanova.com.br/evangelho_e_reforma/qual-importancia-de-estudarmos-o-espiritismo/. Acesso em: 05 jul. 2022.

ROMANELLI, Otaíza O. *Formato: acervo geral*. Petrópolis: Vozes, 1978b.

ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1978a.

SANTOS, Prezalindo L. *Esboço do espiritismo*. São Paulo: Marte, 1986.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

STEIL, Carlos A.; TONIOL, Rodrigo F. O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 223-243, 2013.

TADVALD, Marcelo. *Veredas do sagrado: Brasil e Argentina no contexto da transnacionalização religiosa*. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

THIAGO, Lauro S. *Homeopatia e espiritismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, FEB, 1983.

TREVIZANI, Luíz. Autoconhecimento e Libertação Espiritual. *In*: LUZ DA CONSCIÊNCIA [Site institucional]. 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://luzdaconsciencia.com.br/artigos/16-autoconhecimento-e-libertacao-espiritual.html>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião. *In*: ORO, Ari P.; STEIL, Carlos. (orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 43-62.

XAVIER, Francisco C. *Paulo e Estêvão: episódios históricos do cristianismo primitivo, pelo espírito Emmanuel*. 41. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2004.

XAVIER, Francisco C. *Seara dos médiuns: estudos e dissertações em torno da substância religiosa de “O Livro dos Médiuns”, de Allan Kardec, pelo Espírito Emmanuel*. 17. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2006.



APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Wilhams Douglas Beckman da Silva, Mestrando pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA — VITÓRIA/ES).

Telefone para contato: (96) 99907-5751 E-mail: wilhamsbeckman E hotmail.com

- A pesquisa “**LAICIDADE DO ESTADO E PLURALIDADE RELIGIOSA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM ESTUDO COM O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE ALMEIDA**”.
- Será garantido o anonimato e o sigilo das informações, além da utilização dos resultados exclusivamente para fins científicos;
- Os alunos do 9º ano da Professora Ediléa Nazaré de Lima da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida irão responder perguntas abertas ou fechadas sobre a sua religião, laicidade, intolerância religiosa e afins.

Eu, _____ como responsáveis do(a) voluntário(a) da pesquisa, afirmo que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a finalidade e objetivos desta pesquisa, bem como sobre a utilização das informações exclusivamente para fins científicos.

Macapá, _____ de _____ de 2021.

Sujeito da pesquisa

Pesquisador: Wilhams Douglas Beckman da Silva

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO

1. Qual credo você pertence?

2. Para você, o Brasil é um país, de fato, laico?()

Sim. () Não.

3. Dependendo de sua resposta na questão 02, qual sua justificativa?

4. Em sua opinião, qual religião seria mais popular?

5. Você conhece a Religião Espírita?()

Sim. () Não.

6. O Brasil, Constitucionalmente, mesmo sendo um país laico, possui maioria das manifestações são de origem católicas. Por quê?

7. O Estado do Amapá possui muitos feriados religiosos, sendo maioria Católicos. Por quê?

8. Você conhece algum feriado religioso Espírita? Se sim, qual?

9. Em sua opinião, a Instituição Escolar orienta para uma determinada religião durante seus ensinamentos?

10. O aluno que professa uma religião que não é tão expressiva no espaço escolar tem liberdade de expressão?